



MUNICÍPIO DE SETÚBAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
SETÚBAL

Realizada em 22 de novembro de 2019

N.º 7/2019

Aos vinte e dois dias do mês de novembro de dois mil e dezanove, realizou-se, pelas dezanove horas e trinta minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Setúbal, presidida por André Valente Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, e secretariada por, Eusébio Manuel Candeias, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, e por Sónia Margarida Grenho dos Santos Casmarrinha, Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal.

I – VERIFICAÇÃO DE PRESENCAS

a) Chamada

A Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal fez a chamada, verificando-se a presença dos seguintes membros, por bancadas:

Coligação Democrática Unitária – André Valente Martins, João Afonso Almeida da Silva Luz, Afonso Augusto da Silva Luz, Jerónimo Manuel Fragoso Lopes, Anita da Conceição Birrento Vilar, Rogério da Conceição Palma Rodrigues, Sónia Margarida Grenho dos Santos Casmarrinha, Eusébio Manuel Candeias, Diamantino António Caldeira Estanislau, João Manuel Martins da Silva, Nuno Miguel Batista Lopes, Pedro Acácio dos Santos Soares e Manuel Fernando das Neves Rebelo.

Partido Socialista – Vítor Manuel Ramalho Ferreira, Maria João Teigas Santos Palma, José Luís do Rosário Barão, Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues e Manuel Joaquim Gonçalves Fernandes.

Partido Social Democrata – Paulo Sérgio Rosa Mateus Calado, António Miguel da Costa Ferreira, Carla Isabel Matos Rodrigues Vilhena e Pedro Miguel Trindade Vieitas Antunes.

Bloco de Esquerda – Vitor Manuel Freitas Rosa.

Pessoas-Animais-Natureza – Maria Suzel Costa de Sousa.

Centro Democrático Social – João Paulo Barros Viegas.

Presidentes de Junta – José Inácio Correia Belchior (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra), Manuel Paulino Galhanas Véstias dos Santos (Presidente da Junta de Freguesia do Sado) e Celestina Maria Agostinho de Brito Neves (Presidente da Junta de Freguesia de Azeitão).

Estiveram presentes, por parte do órgão executivo, a Sra. Presidente da Câmara, Maria das Dores Meira, o Sr. Vice-Presidente, Manuel Joaquim Pisco Lopes e os Srs. Vereadores: Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, Carla Alexandra Potrica Guerreiro, Pedro Sérgio Fernandes Pina, Ricardo Jorge Fialho Oliveira, Eugénia Filomena Rodrigues Valido Oeiras da Silveira e Silva, Fernando Jorge de Oliveira Paulino, Paulo Alexandre da Cruz Lopes, Sandra Marina Frota



Gomes e Fernando Manuel Monteiro, em substituição do Sr. Vereador Nuno Miguel de Oliveira Carvalho, conforme documento registado sob o n.º 1, arquivado em pasta anexa à presente ata.

b) Apresentação de pedidos de substituição e de suspensão de mandato

Apresentou renúncia de mandato, João Pedro Oliveira Santos, da bancada da CDU, conforme documento registado sob o n.º 2, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Da bancada da CDU apresentaram pedidos de substituição, Yolande Paule Juliette Cloetens, Antonieta Maria Saragoça dos Santos, Maria da Graça Santos Andrade e Filipe Miguel Fidalgo Narciso, conforme documentos registados sob os n.ºs 3 a 6, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do PS apresentaram pedidos de substituição, Carlos Manuel Conceição Batista, António Manuel Baptista Dias, António Hugo Lindo dos Santos Caracol, Filomena dos Anjos Batista Rodrigues Nunes Cunha, Elisabete Maria Martins Cavaleiro e Tiago Manuel Rodrigues Pereira, conforme documentos registados sob os n.ºs 7 a 12, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Apresentaram pedidos de substituição, Nuno Miguel Rodrigues Costa (Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião), tendo sido substituído pela Vogal Isabel da Conceição Gomes Martins de Aguiar Quadros, e Rui Manuel do Rosário Canas (Presidente da União de Freguesias de Setúbal) tendo sido substituído pela Secretária Fátima de Jesus Carixas Silveirinha, conforme documentos registados sob os n.ºs 13 e 14, arquivado em pasta anexa à presente ata.

c) Substitutos e sua posse

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, Miguel Jorge de Sena Augusto, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, Rui Manuel Higinio José, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamada a cidadã que se segue na lista da CDU, Maria Helena Crispim Pratas, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Manuel Jorge Silva Esteves, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Domingos Moreira Semedo, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Marco Rúben Santos Martins Catarino Costa, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Mário Gabriel Costa Pires Aranha, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.



Chamado o cidadão que se segue na lista do BE, Silvana Cassaca Parreira Paulino, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

d) Faltas

Não houve.

e) Projeto de ata

N.º 5/2019 – Sessão ordinária realizada a 27/09/2019

Não havendo intervenções foi o projeto de ata submetido a votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

II – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

a) Assuntos de interesse relevante e interpelações ao Executivo

Vítor Rosa (BE) – Tínhamos algumas questões a colocar ao executivo relativamente a habitação. Chegou junto do Bloco de Esquerda um conjunto de queixas de moradores da zona da Fonte Nova, ou seja, relativamente à pressão de alguns senhorios para o abandono das suas casas, com o intuito de que as mesmas sejam alocadas ao alojamento local. Existe algum conhecimento desta matéria por parte do executivo e que medidas está a procurar tomar?

Uma vez que houve recentemente incêndios nesta zona da cidade, gostaria de saber se já existem algumas conclusões relativamente a essa matéria?

Perguntámos em 29/04, ao senhor vereador Carlos Rabaçal se a autarquia dispunha de regulamentação de quotas para o alojamento local. À data não foi dada qualquer tipo de resposta, por isso voltamos a colocá-la. Se se prevê constituir alguma regulamentação nesse sentido? Se a autarquia, também, dentro deste contexto, dispõe de estratégia local de habitação? Qual a disponibilidade relativamente à informação sobre esta matéria?

Outra questão que tínhamos a colocar ao executivo prende-se com uma notícia que saiu no Jornal do Diário da Região Setubalense em 28/10, no qual a senhora Presidente declarava que o Grupo E.D.S. vai avançar brevemente para a construção de sete blocos, com oito andares para habitação e comércio. Gostaríamos de saber se existe uma data e local de construção e se está consignada nesta intenção de construção de haver alguma quota para rendas controladas?

Pedro Vieitas (PPD/PSD) – No passado dia 27 julho de 2019, os membros do PSD, na Assembleia de Freguesia de São Sebastião, recomendaram que fosse realizada uma intervenção de recuperação/manutenção dos campos de jogos na rua António Carvalho, na rua Abel Salazar, bem como nos parques infantis da Lanchôa, no Parque Dr. Manuel Constantino de Goes e no Bairro da Manteigada. O Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião afirmou que a responsabilidade era da Câmara Municipal de Setúbal, a qual estava a tomar providências para contratar uma empresa para a realização da manutenção desses campos de jogos e dos parques infantis. Passados quase seis meses a situação mantém-se, dezenas de crianças utilizam aqueles equipamentos diariamente. Não nos esqueçamos que estes

equipamentos obedecem ao cumprimento de regras de segurança e devem ser mantidos em condições, principalmente em zonas onde as famílias têm menos recursos para proporcionar atividades diferenciadas às suas crianças e, como tal, estes equipamentos são sujeitos a uma maior utilização e conseqüente desgaste. Para quando a resolução desta questão?

Afonso Luz (CDU) – Porque se gerou alguma turbulência acerca da posição que o PEV tem tido sobre as dragagens no Sado, queremos deixar aqui uma declaração.

Desde que começou a haver conhecimento da intenção destas dragagens no Sado que o PEV tem tido várias iniciativas e tomadas de posição, quer a nível de partido e dos seus órgãos de direção, quer na Assembleia da República, quer nesta Assembleia Municipal. Essa posição foi sempre a mesma e acima de tudo não temos andado caladinhos como alguns dizem. Para ter conhecimento da posição que o PEV sempre tem tido, basta ir à página do partido na “Net” e consultar tudo o que tem sido produzido sobre esta questão. Como diz a canção, “*vemos, ouvimos e lemos*”. Só que a canção depois diz “*não podemos ignorar*”, mas alguns preferem ignorar e mais que isso, expor publicamente essa sua ignorância. Já em setembro de 2018, há mais de um ano, “Os Verdes” levaram este tema ao Parlamento, tendo questionado o senhor Primeiro-Ministro sobre o assunto. O que então dissemos, foi que a Declaração de Impacte Ambiental não assegurava as necessidades de preservação da biodiversidade e de valores naturais, como a comunidade de golfinhos a as praias da Arrábida, aquelas dragagens não deveriam avançar. No mês seguinte, em outubro de 2018, a deputada Heloísa Apolónia proferiu no Parlamento uma declaração política, alertando para os perigos e riscos das dragagens previstas para o estuário e defendeu que todo o processo deveria ser reponderado e, por isso, não deveriam ser iniciadas quaisquer operações de dragagem. Ainda no mesmo mês de outubro de 2018, o Conselho Nacional do Partido na reunião que se realiza regularmente, também tomou posição sobre o tema em questão, tendo emitido um comunicado onde se pode ler: “*Este assunto deve ser seriamente reponderado pelos efeitos que terá ao nível da biodiversidade na comunidade de roazes corvineiros, na pesca e na preservação do Parque Natural da Arrábida e do Parque Marinho Luís Saldanha, nada deveria avançar*”. Em dezembro de 2018, em sede de Comissão Parlamentar de Ambiente foram questionados também pela deputada Heloísa Apolónia, o senhor Ministro do Ambiente e o Presidente da APA, em sessões distintas, colocando exatamente as mesmas preocupações escritas anteriormente, mas as respostas obtidas em nada descansaram, pelo contrário, acentuaram a certeza de que todo este processo tem muita falta de transparência e à semelhança de outras situações, pretende-se sobrepor a economia ou talvez melhor dizendo, os negócios à ecologia. Ao longo destas intervenções sempre fomos afirmando que nunca se poderia colocar este assunto como um confronto entre os que querem o desenvolvimento e a competitividade do Porto Setúbal e os que defendem a natureza, mas os interesses económicos conjunturais de uma determinada atividade não podem ter como contrapartida, custos reversíveis para o meio ambiente e, também, já agora, para outras atividades económicas como a pesca e o turismo. Refiro ainda, que para além do que ficou dito, o PEV tem feito sempre representar em todas as manifestações que se têm realizado contra estas dragagens, para além de que os eleitos do PEV nesta assembleia e eu, temos feito intervenções, tomando posição contra as dragagens. Na sessão do passado dia 27 de setembro foi aqui apresentada pelo deputado João Afonso, uma declaração com a posição da bancada da CDU, com a qual os eleitos do PEV estão totalmente de acordo, como não poderia deixar de ser.

Mais informo que o PEV já nesta legislatura, no passado dia 31 de outubro entregou na Assembleia da República um projeto de resolução sobre as dragagens no estuário do Sado, onde se solicita à Assembleia que recomende ao Governo a suspensão deste processo e a



promoção de um amplo debate público, com informação atualizada, designadamente sobre défices de estudos, processo de classificação não concretizados e relacionamento com as partes interessadas. Este projeto, cujo debate ainda não está agendado, irá ser discutido e votado no Parlamento, vamos estar atentos à votação. Parece-me que mais uma vez, vamos ter partidos que defendem uma coisa a nível local e o seu contrário a nível nacional. Vamos ficar a saber quem é que, afinal, muda de posição ou fica caladinho.

Manuel Esteves (PS) – A urbanização em Brejos de Azeitão, que fica entre a Rua Família Bronze e a Rua de S. Gonçalo está parada há mais de um mês, tendo aquela estrada principal muito movimento e apresenta grandes buracos a todo o comprimento, com cerca de 150 metros. A Câmara tem conhecimento disso? O que poderá melhorar na circulação?

Relativamente à Urbanização de Vale Florete II, tenho vindo a perguntar qual é motivo por que a Câmara não assumia aquela urbanização, uma vez que já está concluída há vários anos. A resposta anterior do senhor Vice-Presidente foi no sentido de eu insistir, por isso aqui estou a insistir na mesma pergunta.

Suzel Costa (PAN) – Gostaríamos de colocar algumas questões. Na diretiva n.º 2018/851, a União Europeia defendeu e definiu como metas a redução dos resíduos alimentares em 30% até 2025 e em 50% até 2030, à luz destas metas comunitárias que esforços têm sido envidados em Setúbal para alcançar tal redução? O Projeto ReFood Local continua sem instalações. Emergências e desastres naturais podem parecer longe da realidade, mas os episódios recentes com os incêndios florestais, as enchentes ou riscos sísmicos existentes no nosso concelho evidenciam a necessidade duma atual prevenção nesta matéria, pois o impacto de um desastre natural pode ser, não só do ponto de vista humano como ambiental e para a vida dos animais, devastador, por isso o PAN pergunta, se o executivo pretende incluir os animais desta cidade nos diferentes planos de emergência, de contingência e proteção civil?

Agora que o frio chegou, voltamos a perguntar à semelhança do que fizemos no inverno do ano passado, se os animais de companhia das pessoas em situação de sem-abrigo, está previsto para este ano no plano de contingência contra o frio, desta cidade?

Desta vez, senhor Vice-Presidente Pisco, não aceitamos ouvir falar em roupinhas para cães.

Patrícia Paz (PS) – Pretendíamos saber se a autarquia integra a Rede dos Municípios Solidários com as Vítimas de Violência Doméstica através do protocolo celebrado entre a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género e a Associação Nacional de Municípios?

Domingos Semedo (PS) – A minha intervenção está relacionada com questões de habitação. Deparamo-nos com várias problemáticas relacionadas com situações de sobrelotação e mau estado das habitações, carecendo de uma intervenção por parte do município. Temos uma situação que se passa no Forte da Bela Vista, de uma família que necessita de uma casa e ao qual tem uma criança que ainda dorme com os pais, a criança tem 10 anos, está a crescer e já se apercebe de determinados factos. Segundo os dados do INE a taxa de sobrelotação incide sobre as famílias mais carenciadas, nomeadamente as que estão em risco de pobreza. Talvez a estratégia com as medidas de apoio à habitação que a Câmara Municipal executa não estejam a ser suficientes, tendo assim que arranjar uma política mais eficaz, que promova a melhoria destes casos.

b) Intervenção do Executivo

Vice-Presidente da Câmara – Vou responder às questões suscitadas na medida das informações disponíveis, julgando que dada a seriedade e a gravidade com que as questões estão a ser colocadas, deva fazer uma advertência. O município não é a fonte de todas as decisões, não tem capacidade de poder para resolver todos os problemas da terra, do país e do mundo, é um órgão autárquico que tem a sua parte de competências, e no quadro das suas competências vai tomando medidas que não consegue acompanhar aquilo, que naquele momento está mais na moda, que depois permite a que alguns dos senhores deputados ou alguns cidadãos se dirijam à câmara e a questionem: “*O que é que os senhores já fizeram? Como é que resolveram isto? O que é que vão fazer a seguir? Respondam já!*”. Não pode ser assim! Tomara nós termos o poder e capacidade para o fazer!

No caso dos campos de jogos ou dos espaços infantis que dependem da gestão municipal, dependem da gestão das freguesias. As manutenções vão-se fazendo programadamente, sobretudo no âmbito desta cooperação permanente entre o município e as freguesias e não é de um mês para o outro ou em dois meses que todos os problemas de uma freguesia se resolvem, em termos de manutenção de campo. Admitimos isso, nós não somos perfeitos, detetou-se uma falha num campo, uma baliza partida, uma vedação estragada, mas no dia seguinte ou na semana seguinte procede-se à reparação, o que significa que não há nenhuma situação de desleixo nos nossos equipamentos públicos. O senhor deputado não colocou as questões em concreto, como deve calcular estamos num órgão deliberativo que faz um debate político, não vem aqui fazer a conferência em concreto de cada área de trabalho ou de cada freguesia.

Não tenho nada a referir quanto à posição do senhor deputado Afonso Luz, que é uma declaração de posição sobre a questão das dragagens.

O senhor deputado Manuel Esteves tem vindo a colocar questões relacionadas com a urbanização de Brejos de Azeitão, cuja obra se encontra parada. São as contingências das obras que todos os municípios vivem todos os dias. Não sei em concreto por que é que aquela obra está parada há já um mês. Vamos ver se há alguma falha de empreiteiro, se há algum problema com a circulação e com a estrada. Os avisos de alerta são sempre agradecidos, mesmo em relação à urbanização da Vale Florete II. Há problemas que não são resolúveis por vontade da administração municipal, mas pela vontade da participação e empenho dos participantes. É uma pergunta que não pode ser feita unilateralmente. Se a câmara pudesse resolver por si só, provavelmente já estava resolvido. Sabe que não está só nas nossas mãos a resolução do problema e que não é de solução rápida.

A deputada Suzel Costa colocou questões mais alargadas do que as matilhas de animais. Se está, ou não está prevista sobre o que estamos a fazer, relativamente à redução de resíduos alimentares, não é que nós tenhamos uma frente aberta para uma ação de redução dos resíduos alimentares, mas estamos a trabalhar na organização da recolha de resíduos biológicos, que têm muito que ver com os resíduos alimentares, e estamos a fazê-lo a contracorrente daquilo que se faz no âmbito do sistema multimunicipal de recolha, cuja a AMARSUL, empresa que faz esse sistema de recolha, pretendia ficar com essa recolha, mas o município opôs-se e fez a sua candidatura. Estamos a adquirir equipamento, vamos fazer a recolha seletiva dos resíduos orgânicos, estamos a trabalhar na frente, somos dos primeiros municípios que vão estar a trabalhar nessa recolha seletiva.

Estamos a trabalhar e bem em relação à proteção animal e à proteção da saúde.

Já não lhe sei dizer grande coisa quanto à proteção contra riscos ambientais ou contra catástrofes. Que haja alguma prioridade ou medidas concretas identificadas, tipo uma “*Arca de Noé*”, mas se vamos salvar os humanos, salvemos também os animais e construamos uma

grande “Arca de Noé”. Mas, ainda, não há decisão política tomada sobre isso! Tomáramos nós termos algumas medidas que prometam alguma eficácia na defesa dos humanos contra o risco de catástrofe, de um tsunami, de um tremor de terra ou de um grande incêndio. De certeza, que as pessoas que são amigas dos animais, muitas vezes salvam o seu animal de estimação e todos nós temos conhecimento dessa situação. Não é uma questão política, não é uma questão que nos preocupe, porque salvando essas pessoas, os animais também vão no salvamento.

Quanto à “Rede Solidária Contra as Vítimas de Violência Doméstica”, referida pela deputada Patrícia Paz, a Câmara Municipal não participa, nem tem intenção de participar, da parte do setor social. A vontade de resolver problemas é muita e é de todos, há uma forma de participação democrática que passa por isto, constrói-se iniciativas, constroem-se redes e depois aparecem como os clubes desportivos, em que toda a gente tem clubes de bairro e as câmaras depois é que têm que os apoiar financeiramente e com as infraestruturas. A questão da solidariedade não pode entrar neste tipo de iniciativas. O combate à violência doméstica e a proteção das vítimas da violência doméstica, não é por se constituírem em redes de solidariedade e dispersando os meios que são poucos para acudir a estas situações, que nós resolvemos o problema. Neste momento o município não participa, não tenho conhecimento que haja nada em curso para integrar mais redes de solidariedade, mas fazemos um trabalho de proteção às vítimas, sendo a câmara a pagar todas as despesas de logística, quer da “Comissão de Proteção de Menores”, quer da “Associação de Apoio à Vitima”. Há muitos anos que a câmara faz isso e em boas condições, e vai melhorar as condições do funcionamento da APAV, autonomizando as suas instalações, que dentro de pouco tempo irão estar melhor instalados. Neste momento, estão na Casa da Juventude, transitoriamente, porque encerrámos as instalações que já não tinham condições na Praça do Brasil.

O deputado Domingos Semedo colocou a questão do nosso velho problema da habitação, que não tem todas as condições para grande parte da população. O Forte da Bela Vista é um problema, mas o município tem feito o seu papel muito para além das disponibilidades que tem tido. Pedia ao senhor vereador Carlos Rabaçal que pudesse dizer alguma coisa de importante sobre a política de habitação.

Vereador Carlos Rabaçal – Tendo em conta o tempo que temos disponível, não vai ser possível falar detalhadamente sobre a questão da habitação.

Em relação aos incêndios, foi apurado que os três incêndios foram de fogo posto, estando a Polícia Judiciária a investigar. O primeiro incêndio foi verificado uma semana antes na Av. Luisa Todí em dois dos prédios que estavam reabilitados e prontos a habitar. Nós fizemos o nosso trabalho, a Judiciária está a fazer o seu.

Em relação ao plano de emergência dos animais, no plano de emergência do centro histórico, consideramos os animais de companhia, mas não temos isso considerado em todos os planos de emergência, até porque há um trabalho a fazer para avaliar quem tem animais e que tipo de animais. No centro histórico foi feito isso, quando foi feito o recenseamento de todo o centro histórico para o plano de emergência do centro histórico e foi considerado até pelo tipo de população do centro histórico, muito idosa, com muitos animais de companhia. No conjunto do município é uma situação muito flutuante e muito complexa de gerir, no entanto, temos as condições locais de proteção civil, que estão do ponto de vista de proximidade, a fazer levantamentos de situações, de meios, de recursos e avaliação das situações das habitações, incluindo os animais. Esse trabalho é um trabalho permanente, nunca está feito e é um trabalho que tem que ser aprofundado e tem que ser alargado.

Em relação à questão da habitação, na habitação pública municipal e do país todo, a sobrelotação é uma realidade, pela pobreza, pelos problemas sociais, pelos baixos salários,

pelo desemprego, pelo facto de muita gente ter regressado a casa dos pais. A degradação das casas no parque habitacional de Setúbal melhorou bastante, só não vê quem não quer, mas ainda há problemas importantes. Vamos fazer uma obra de 1.300 mil euros na Manteigada, que está há um ano á espera do Tribunal de Contas, o que atrasa muito a nossa intervenção na regularização global do bairro da Manteigada. Já fizemos um levantamento e vamos fazer um projeto para a realização integral do Forte da Bela Vista, que vai custar cerca de 5 milhões de euros e tendo em conta a situação estrutural em que está o Forte iremos fazer um empréstimo específico para isso.

A nova política de habitação ainda não deu casas ao longo destes quatro anos. Uma nova Lei de Bases da Habitação não autoriza a nova geração tal e qual ela se encontra, significa que contraria a nova geração, logo o Governo vai ter que mudar a nova geração, sobretudo na lógica do investimento. Neste momento, existem 94 planos estratégicos, que só servem para ter acesso ao 1º direito. É uma gazua para o 1º direito, não é um plano estratégico real do município. O plano estratégico real do município é a carta municipal de habitação que prevê a lei de bases e isso é o que vai acontecer. Só há sete contratos-programa no quadro dessa geringonça toda que é a nova geração, em que o investimento do Estado oscila entre os 33% e os 36%, o que significa que os municípios estão a investir 67% e 64%, nos contratos programa. Isso é contra a nova Lei de Bases da Habitação, que diz que o Estado Central é que paga, os municípios recebem e gerem, significa que a nova geração vai ter que levar uma alteração. A situação que está criada em Portugal é quase de emergência habitacional e isso implica uma nova política de habitação que resolva o problema de todo o país.

c) Saudações, Votos e Moções

Presidente da Mesa – Informar que foi distribuído aos senhores deputados municipais uma informação da Comissão Eventual sobre as dragagens do Sado, para conhecimento dos senhores deputados sobre o andamento dos trabalhos da referida comissão, conforme documento anexo à presente ata sob o registo n.º 15.

João Luz (CDU) – Um pedido para fazer à Mesa e ao conjunto da Assembleia que tem a ver com possibilidade da apresentação, ainda que extemporânea, de um voto de pesar. Habitualmente isto é feito pelas bancadas a que as pessoas pertencem e nós suspeitávamos que a bancada do PSD pudesse apresentar um voto de pesar pelo falecimento de José Miguel Dias Pereira. Não o tendo feito, nós avançaríamos com uma apresentação de um Voto de Pesar, se o conjunto das bancadas estivessem de acordo.

Paulo Calado (PPD/PSD) – Obviamente que nos associamos a esse voto de pesar, aliás, apresentámo-lo na Câmara Municipal, obviamente que aceitaremos, apesar de regimentalmente não o podermos fazer, mas se a Mesa assim o conceder e os nossos colegas das outras bancadas também concordarem, nada temos a opor como é óbvio, pelo contrário.

Presidente da Mesa – Não havendo objeções por parte dos senhores deputados e tratando-se de um Voto de Pesar solicitava ao senhor deputado João Luz que fizesse a sua leitura (conforme documento anexo à presente ata sob o registo n.º 16).



Voto de pesar pelo falecimento de José Miguel Dias Pereira

“No passado dia 14 de outubro de 2019 faleceu José Miguel Vicente Coelho Dias Pereira, natural de Lisboa, nasceu a 31 de agosto de 1960. José Dias Pereira de 59 anos teve uma profunda e intensa relação com a cidade de Setúbal. Exerceu advocacia, foi empresário participou ativamente no movimento associativo setubalense, foi membro da Assembleia Municipal de Setúbal eleito pela primeira vez em 1993, tendo liderado a bancada Social-Democrata na Assembleia Municipal em vários mandatos, após essa data.

Nesta Assembleia Municipal ficam registados os contributos de José Miguel Dias Pereira, sempre feitos com elevação, espírito democrático e admirável sentido de humor. Licenciado e Mestre em Direito já em Moçambique onde residia há alguns anos exercia o cargo de vice-presidente da Associação Nacional de Juristas de Moçambique.

A Assembleia Municipal de Setúbal reunida a 22 de novembro de 2019 delibera: Manifestar o seu profundo pesar pelo falecimento de José Miguel Dias Pereira. Endereçar as sentidas condolências à sua família real.”

Vitor Ferreira (PS) – Para informar que nos associamos ao voto de pesar, por que é bastante oportuno.

Presidente da Mesa – Se não houver mais intervenções propunha um minuto de silêncio.

Não havendo mais intervenções o voto de pesar foi aprovado por unanimidade e em minuta.

Fez-se um minuto de silêncio.

Presidente da Mesa – Temos uma moção apresentada pela CDU relativa à situação no grupo Navigator Company, conforme documento anexo à presente ata sob o registo n.º 17.

“MOÇÃO

Os trabalhadores, através dos membros das Organizações Representativas dos Trabalhadores das empresas do Grupo The Navigator Company, procuraram ao longo dos últimos seis meses negociar um Plano e Regulamento de Carreiras justo, com a definição de grau de complexidade das instalações e funções adequadas à atual realidade da empresa, transversal a todas as empresas do Grupo Navigator, incluindo a área do Tissue, abrangendo as carreiras dos Executantes, Quadros Médios e Superiores na área Industrial, Comercial e Corporativa.

- *Um Plano de Carreiras em que as promoções sejam imediatamente aplicadas logo que trabalhador assuma o posto ou postos de trabalho de forma autónoma;*
- *Um Plano de Carreiras com mecanismos de anti estagnação e um novo sistema de avaliação que dignifique o trabalhador e a sua profissão, que valorize os seus conhecimentos e experiência profissional, que premeie a sua dedicação, o seu compromisso e o seu tempo de serviço.*
- *Um Plano de Carreiras que seja um verdadeiro instrumento de evolução profissional e salarial, respeitando critérios claros, transparentes e atingíveis, que permita aos trabalhadores evoluir ao nível salarial de forma sustentada ao longo da sua carreira profissional, valorizando o tempo e as competências adquiridas e funções efetivamente desempenhadas.*
- *Um Plano de Carreiras com uma Tabela salarial com Grupos e Escalões e relação directa com o posto de trabalho/especialidades desempenhados.*



- *A atribuição imediata das Categorias Profissionais e dos salários correspondentes às funções desempenhadas aos muitos trabalhadores que há muitos anos auferem salários inferiores aos valores definidos para as funções desempenhadas e constantes das bandas salariais em vigor, pondo fim à discriminação existente e ao claro incumprimento do princípio constitucional de salário igual para trabalho igual.*

- *Recuperação dos prejuízos causados há muitos anos a centenas de trabalhadores que ao longo de uma vida de trabalho não foram salarialmente progredidos nem reconhecida a sua antiguidade, competência profissional e valências/conhecimentos adquiridos, mantendo-os reféns de um processo de avaliação sem isenção e tendencialmente discriminatório.*

Os trabalhadores com esta decisão de convocar uma greve de quatro dias não procuraram causar prejuízos à empresa, nem o fizeram de ânimo leve. Fizeram-no como única e última forma legal de se fazerem ouvir face à intransigência e falta de respostas concretas da administração da empresa em relação às suas reivindicações.

A greve agora realizada, pela sua dimensão em termos de adesão e de abrangência constitui um marco na história recente. Foi a primeira vez em que uma greve foi decidida pelos trabalhadores de todas as empresas do grupo, muitos pela primeira vez, mostrando desta forma não só a importância das matérias em causa mas também a forte mobilização dos trabalhadores para a luta, não cedendo às pressões feitas pelos representantes da Administração da empresa com recurso à intimidação, à desinformação, às mentiras que foram veiculadas nos órgãos de comunicação social, com o objetivo único de desmobilizar os trabalhadores para a greve, de procurar iludir a opinião pública, mantendo a imagem de empresa modelo ao nível da política salarial que pratica, de procurar branquear a incapacidade e falta de vontade para negociar.

Assim, a Assembleia Municipal de Setúbal, reunida em sessão ordinária em 22 de novembro de 2019, delibera:

Saudar a justa luta dos trabalhadores do Grupo The Navigator Company, por uma negociação séria e objetiva da administração que vá ao encontro das reivindicações apresentadas pelos seus órgãos representativos, de forma que sejam eliminadas as discriminações salariais que se verificam há muitos anos, que seja feita a reposição dos montantes que foram sonogados aos trabalhadores e que seja negociado um Plano de Carreiras e respetivo regulamento que permita aos trabalhadores obterem o reconhecimento do seu profissionalismo e tempo de serviço.”

Rui Hígino (CDU) – Esta Moção surge como uma saudação de apoio à luta dos trabalhadores da Navigator Company, por um plano de carreiras que lhes permita a valorização das suas carreiras, o fim das discriminações salariais dos trabalhadores que exercem funções similares, ou seja, o não cumprimento do princípio de salário igual para trabalho igual e, sobretudo, pela coragem que tiveram, apesar de toda a pressão feita pela empresa ao longo de todo este tempo, com o sentimento de repúdio pelo facto de ao longo de seis meses a empresa não ter dado qualquer resposta às suas reivindicações, não deixando qualquer outra alternativa que não fosse o recurso à última arma que têm, que é a greve, sacrificando-se com quatro dias de greve. Trata-se de um momento histórico, porque é a primeira vez em que acontece uma greve naquele grupo, que é transversal a todas as empresas do grupo nos vários centros fabris de Aveiro, Figueira da Foz, Vila Velha de Ródão e Setúbal. Também é histórico, porque foi a primeira vez que todos os sindicatos afetos a todas as centrais sindicais e mesmo sindicatos independentes, decretaram greve que abrangeu todos os trabalhadores.

Deixar à consideração dos elementos desta assembleia este voto de saudação, à luta dos trabalhadores da Navigator Company.



Manuel Fernandes (PS) – O Partido Socialista tem acompanhado de muito perto esta temática e este problema que se vive dentro da empresa do nosso concelho, uma empresa simbólica, pela dimensão social e também pela dimensão económica que traz consigo, bem como a importância que enverga para este concelho e para a população deste concelho.

É legítimo que as empresas, tal como a Navigator o faz, utilize instrumentos de gestão para valorização do mérito e do trabalho, mas depois também é legítimo que os trabalhadores exijam o seu cumprimento. O que o Partido Socialista tem tido conhecimento é que a empresa não tem levado acabo, aquilo que é o cumprimento da regulamentação interna, bem como daquilo que é o acordo de empresa em termos de sede de contratação coletiva, naquilo que está subscrito entre as partes, sindicatos e empresa. O Partido Socialista revê-se naquilo que é a luta exercida pelos trabalhadores, tal como diz a Constituição, quando termina o diálogo dá-se lugar ao artigo 57.º, que é o lugar à greve, um direito constitucional que foi bem utilizado neste particular. Como tal, o Partido Socialista e a sua bancada associam-se a esta moção com todo o gosto.

Pedro Vieitas (PPD/PSD) – A bancada do Partido Social Democrata quando leu esta moção ficou com algumas questões, relativamente à parte deliberativa: “*Saudar por uma negociação séria e objetiva da administração*”. Nós sabemos que os acordos com a empresa foram feitos com a CGTP e foram publicados a 15 de maio de 2019, está ainda a decorrer o período de seis meses para ser requerido novamente a revisão desse acordo de empresa, para então tentarem fazer nova negociação. Achamos que há falta de informação aqui exposta. Ouvei a bancada do PS dizer que não está a ser cumprida, mas isso não está vertido nesta moção. Por não estar esta informação, por a CGTP em março ter publicado na sua página de Internet, que tinha sido muito boa revisão do acordo de empresa, que davam destaque a redução da semana de trabalho para 38 horas, a partir de 2020, a atualização salarial em 2% e 1,5% para os quadros, os subsídios de infantário de 70 euros mensais até aos 7 anos e mais regalias sociais, seguro social, complemento de reforma, subsídio especial para deficientes em 100 euros. Não está aqui nesta moção algo que nos diga que não está a ser cumprido e, como tal, não podemos acompanhar e vamos abster-nos.

Rui Higino (CDU) – Percebo as razões invocadas pelo senhor deputado Pedro Vieitas, mas também é preciso esclarecer uma coisa. O PSD esteve presente na última greve realizada pela ATF em abril deste ano, nos quatro dias de greve provou que o acordo de empresa não é aplicável aos trabalhadores da ATF, só é aplicável aos trabalhadores da ex Portucel e no acordo que foi assinado com a Fiequimetal, o que estava subjacente é que o plano de carreiras que a empresa aplica desde janeiro de 2011 a todos os trabalhadores, expurgando do acordo de empresa existente, só o plano de carreiras e o regulamento de carreiras é que a empresa reconhece e aplica desde essa data a todas as empresas grupo. Nós exigimos em sede de negociação que essa matéria não fosse negociada no conjunto do pacote negocial, como contrapartida para outra coisa. A empresa assumiu que no dia 1 de abril de 2019, começaria depois do encerramento do processo negocial principal, negociar um plano de carreiras que seria aplicável a partir de janeiro de 2020 e em igualdade de circunstância para todos os trabalhadores. É claro que, a moção ficaria extremamente grande colocando todas essas informações, daí ter que fazer este esclarecimento.

João Viegas (CDS-PP) – As três intervenções que assistimos foram intervenções sindicais e aquilo que está na primeira parte desta moção, não é mais do que um manifesto sindical. Custa-me um pouco aprovar uma saudação desta forma, porque é um documento que é



parcial, não nos dá a informação toda. Como o representante da CDU Rui Higinio acabou por referir nesta segunda intervenção, e utilizou o termo “exigimos”, “exigimos enquanto sindicato”. Como é óbvio, respeito e apoio todas as reivindicações dos trabalhadores e esta não vou deixar de apoiar, mas a forma como estas moções/saudações aqui chegam acabam por ser meramente manifestos sindicais e parciais, porque só nos trazem uma parte da informação.

Não havendo mais intervenções, foi a moção aprovada por maioria e em minuta, com 33 votos a favor, 20 da CDU, 9 do PS, 2 do BE, 1 do PAN e 1 de AC, e 5 abstenções, 4 do PPD/PSD e 1 do CDS-PP.

Presidente da Mesa – Passamos agora à moção “Dia Internacional para a eliminação da violência contra as mulheres”, apresentada pela bancada da CDU (conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 18).

“MOÇÃO

25 de novembro

Dia Internacional para a eliminação da violência contra as mulheres

Desde 1981 que ativistas dos direitos das mulheres assinalam, a 25 de novembro, um dia contra a violência sobre as mulheres, recordando o assassinato brutal de três mulheres que lutavam contra a política de opressão do ditador Rafael Trujillo, na República Dominicana, em 1960.

Ao longo dos tempos, a luta das mulheres contra todas as formas de violência teve eco na Organização das Nações Unidas, levando a sua Assembleia-Geral, em 1993, a adotar a Declaração para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres.

A problemática da violência contra as mulheres não pode ser dissociada da crescente banalização da «cultura da violência» que atravessa diversos domínios da sociedade e forja a subversão de valores e alteração nos comportamentos e atitudes de homens, mulheres, jovens e crianças que minam as relações interpessoais, a par da mercantilização da violência como «produto rentável», da subalternização da mulher, patente na sua utilização como objeto sexual na publicidade ou nas redes sociais, ou objeto de «consumo» nomeadamente na prostituição. É preciso prevenir, combater e erradicar esta realidade que subentende relações de poder desequilibradas com abusos de dominação e perversidades que recaem particularmente sobre as mulheres.

Combater as diversas formas de violência exige que todas elas sejam reconhecidas como tal: a violência doméstica, a violência sobre as mulheres na prostituição, mas também a violência nos locais de trabalho e nas ruas como o assédio moral e sexual.

Além destas, é hoje reconhecido que violência das relações laborais assentes na precariedade, na desregulação dos horários de trabalho, no aumento da pressão dos ritmos de trabalho, representam uma violência física e psicológica, com incidências na saúde física e mental, particularmente penosas para as mulheres.

É necessário aprofundar as respostas do Estado às diversas dimensões da violência exercida sobre as mulheres, que são indissociáveis da efetivação dos seus direitos e das condições materiais que garantam a sua autonomia, independência económica e um estatuto de igualdade e dignidade na lei e na vida.

A violência doméstica é já um flagelo social que exige um investimento do Estado em recursos financeiros, humanos e técnicos e a criação de uma rede pública de atendimento e apoio às mulheres sujeitas a este flagelo, de forma continuada e sustentada. Recursos dos diversos serviços públicos da Administração Central que intervêm neste domínio – forças de

segurança, sistema judicial, segurança social, saúde (incluindo a saúde mental) e a cooperação adequada entre todos. É necessário garantir uma adequada articulação entre serviços que permita celeridade de resposta, a par de uma forte e continuada formação de todos os que intervêm neste domínio. É essencial que o Estado assegure alternativas de vida e transmita confiança às mulheres nas diversas etapas que terão de percorrer e enfrentar desde o momento em que decidem romper com essa realidade e iniciar um projeto de vida livre dessa violência.

A Assembleia Municipal de Setúbal, reunida em 21 de Novembro de 2019, ciente que a eliminação da violência contra as mulheres é indissociável de uma política para o País que dê prioridade ao combate às injustiças e desigualdades sociais e entre mulheres e homens, consciente de que todo o tipo de violências que atingem maioritariamente as mulheres não radicam em conflitos meramente pessoais, mas resultam dos vários problemas sociais que desumanizam as relações nas famílias e na comunidade, consciente também que a organização da sociedade deve encontrar os instrumentos e as instituições capazes de dar segurança e estabilidade às pessoas e famílias para equacionarem os seus problemas e encontrarem as soluções de prevenção e proteção adequadas; consciente ainda de que as mulheres, por razões de exploração sexual são muitas vezes empurradas para a prostituição e que urge medidas de política pública para as retirar dessa grave situação de violência a que estão sujeitas pelo negócio sórdido do proxenetismo ou, até, do tráfico:

- dirige-se ao Primeiro-Ministro de Portugal e exige do governo, em suma, um combate firme a este flagelo e medidas de política pública concertadas e articuladas - que respeitem e cumpram em todas as dimensões os direitos das mulheres, trabalhadoras, mães e cidadãs e lhes permita sair de relações violentas e humilhantes, refazer as suas vidas, com uma ajuda financeira, de proteção social e de segurança, garante do respeito e dignidade a que as mulheres tem direito como seres humanos e cuja responsabilidade cabe ao Estado assegurar."

Anita Vilar (CDU) - Não vou ler a moção toda, porque é muito grande e por outro lado, estou convencida que todos nós conhecemos, infelizmente, a razões sociais e políticas das diferentes violências que atingem particularmente a mulher. A violência doméstica, a violência nas próprias ruas, a violência nos locais de trabalho e a violência que se abate também sobre as mulheres na prostituição. Recordar apenas que em 15 anos morreram 500 mulheres em Portugal, foram assassinadas dentro de um contexto de violência familiar e este ano há uma estatística que aponta para 28 mortes. Uma mulher faz toda a diferença e não sei qual é a que estará correta, mas de qualquer modo é um número muito elevado e este sim devido a violência doméstica, por isso não poderíamos deixar passar este dia em silêncio, porque nos preocupa a todos e creio que não é só a bancada da CDU. Cheguei a acreditar e agora estou a falar pessoalmente, que com o passar do tempo estas situações fossem diminuindo, infelizmente vimos o contrário, estão a aumentar. Há quem diga que hoje é mais fácil de denunciar, mas de qualquer modo ainda é um número muito elevado e todos nós temos, quer nesta assembleia, quer individualmente, obrigação de procurarmos que esta situação se altere. Não são só as mulheres, isto arrasta também as crianças que vivem com essas mulheres, que são alvo muitas vezes de violências tenebrosas. Iria ler apenas a parte final da moção. *"A Assembleia Municipal de Setúbal reunida em 22 de novembro de 2019, dirige-se ao Primeiro-Ministro de Portugal e exige do governo, em suma, um combate firme a este flagelo e medidas de política pública concertadas e articuladas - que respeitem e cumpram em todas as dimensões os direitos das mulheres, trabalhadoras, mães e cidadãs e lhes permita sair de relações violentas e humilhantes, refazer as suas vidas, com uma ajuda financeira, de*



proteção social e de segurança, garante do respeito e dignidade a que as mulheres tem direito como seres humanos e cuja responsabilidade cabe fundamentalmente ao Estado assegurar.”

Patrícia Paz (PS) – Admitindo a bancada do PS que ainda há muito a fazer, consideramos a que a violência contra as mulheres é um dos maiores obstáculos à igualdade e à democracia. A luta por uma sociedade não discriminatória e inclusiva, tem de ser uma luta de todos, continuada por todos, envolvendo o poder político e também a sociedade civil. Todos têm que ter um papel ativo neste combate que é coletivo, para acabar com a violência contra as mulheres e que a mobilização de todas as pessoas é hoje, como sempre foi premente, o PS irá votar favoravelmente esta moção.

Suzel Costa (PAN) – O PAN vai naturalmente acompanhar esta moção, mas não deixa de manifestar alguma estranheza com esta moção da CDU, se a memória não me atraiçoa, a mesma bancada da CDU chumbou a moção e a recomendação do PAN, a respeito deste flagelo das múltiplas violências, nomeadamente a violência contra as mulheres e a violência de género que aqui apresentámos em março.

Não havendo mais intervenções, foi a moção aprovada por unanimidade e em minuta.

Carla Vilhena (PPD/PSD) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Como partido personalista e respeitador que é da dignidade humana não poderia deixar de se associar a esta moção. Este ano a violência doméstica já matou 28 mulheres e uma criança e 27 sofreram tentativas de feminicídio. Uma média 5 mulheres por mês, que foram vítimas de violência doméstica, 3 delas mortais. A juntar estes números, temos ainda os 45 filhos que ficaram órfãos depois das suas mães terem sido mortas, 16 deles menores. Infelizmente, as medidas que têm sido tomadas pelos diversos governos, que não tem produzido os resultados que todos queríamos e desejaríamos. Tem-se verificado um aumento de mortes de mulheres vítimas de violência doméstica, mortes essas que são na sua grande maioria o culminar de anos a fio, de abusos e maus tratos físicos e psicológicos, sobre estas mulheres às quais o Estado e a própria sociedade falharam. Esta é uma luta que merece a congregação de todos os esforços para se combater este flagelo, independente de ser o partido que seja.”*

Presidente da Mesa – Temos uma Recomendação apresentada pelo PAN: “Pela Urgência da Esterilização e Construção de Parques de Realojamento de Matilhas de Cães e a Inclusão da Sociedade Civil na Gestão Responsável das Mesmas”. (Conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 19).

“RECOMENDAÇÃO

Pela urgência da esterilização e construção de parques de realojamento de matilhas de cães e a inclusão da sociedade civil na gestão responsável das mesmas

Considerando que:

O número de animais errantes no município e acolhidos no CROAC de Setúbal ainda é muito elevado e que o combate à sobrepopulação de animais errantes de uma forma eficaz e ética, a longo prazo, se faz com a promoção de campanhas de esterilização dos animais de companhia, com benefícios acrescidos na qualidade de vida dos animais, em particular no comportamento e na saúde dos mesmos;

O recurso ao abate de animais errantes como forma de controlo populacional já não é permitido por lei desde 23 de setembro de 2018 (Lei 27/2016 de 23 de agosto);

Em paralelo com a realidade de outros municípios, fruto de dezenas de anos de desinvestimento político e civil no que respeita à esterilização de animais de companhia, à posse responsável e face ao crescente abandono de animais, verifica-se novamente o aparecimento de matilhas de cães na cidade e na serra da Arrábida, fator de preocupação para a população sadina;

A proliferação de matilhas decorrentes tanto do abandono como da posse irresponsável e da subsequente reprodução dos animais leva ao crescimento exponencial do número de cães que, salvo com alguns cuidadores voluntários, nunca tiveram contactos positivos com pessoas humanas, tornando-os naturalmente receosos e territoriais, e de difícil captura e adoção, pelo que não se enquadram no tradicional circuito de captura, esterilização e adoção;

Neste último mandato, o executivo de Setúbal tem vindo a liderar em várias matérias no que concerne à proteção e ao bem-estar animal sendo a implementação do projeto CED de felinos, a remodelação e ampliação do Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia (CROAC) e, em particular, a criação de uma sala de esterilização, o reforço de campanhas de adoção e sensibilização para os animais recolhidos no CROAC, o acolhimento da figura do cuidador de colónia CED e o fim dos abates de animais de companhia alguns dos marcos mais estruturais no concelho.

Porém, como em muitas áreas, há sempre espaço para melhorias e tendo em consideração os problemas graves com as matilhas de cães que no passado existiram na serra da Arrábida e que foram fonte de inúmeros conflitos entre o executivo e os municípios, com repercussões funestas para os animais, dado que foram abatidos, o recente crescimento de matilhas em Setúbal, mais especificamente na Serra da Arrábida e em alguns locais da cidade de Setúbal tem sido fonte de preocupação por parte de muitos cidadãos. Em primeiro lugar devido às possíveis repercussões na proteção dos próprios municípios e/ou os seus animais de companhia, decorrentes de encontros com estas matilhas, de mortes de gatos de colónias protegidas, supostamente devido a ataques desses cães, mas também no que se refere à captura, esterilização, reabilitação e alojamento destes animais, que aparentam comportamentos assilvestrados, por parte das entidades responsáveis.

Assim, torna-se imperativa a esterilização urgente e massiva destes animais e a construção de parques de realojamento onde estes cães possam, após serem esterilizados, viver o resto das suas vidas em condições similares às que conhecem.

É um facto que durante vários anos este problema tem-se agudizado sendo que as soluções até então apresentadas não surtiram os efeitos espectáveis. Assim sendo, e tendo em consideração os apelos verbalizados pelos municípios e tendo inclusive o olhar atento dos meios de comunicação social, segundo as declarações de alguns municípios, 3 a 4 destes animais foram capturados pelos serviços camarários, mas apenas um se encontra no CROAC, sendo os relatos sobre o paradeiro dos restantes contraditório.

Considerando que a recolha de animais errantes é obrigação dos municípios e a necessidade de um programa de captura, esterilização e alojamento destes animais assilvestrados já peca por tardia, importa garantir que os restantes, cerca de 30 segundo alguns testemunhos não oficiais, têm o devido tratamento na sua captura, esterilização e condicionamento. E, para garantir que existe este equilíbrio e empoderamento cívico, não só concernente às entidades públicas, mas também a comunidade, impera que se unam esforços: do executivo, das associações potencialmente envolvidas, mas sobretudo dos cuidadores. Estes já conhecem as rotinas destes animais e ganharam, inclusive, a sua confiança sendo, portanto, eles fundamentais em todo o processo.

Considerando que Sintra foi o primeiro concelho a nível nacional a concretizar a solução para o problema das matilhas de cães assilvestrados do município, investindo na aquisição de



armadilhas especialmente desenhadas para a captura destes animais, que asseguram o seu bem estar durante todo o processo, em estreita colaboração com os cuidadores que sempre trataram destes animais na alimentação dos mesmos, dentro das respetivas estruturas tanto de captura como de condicionamento, mas também no seu processo de adoção, caso os treinos especializados de socialização surtam efeito. De realçar que todo este processo é orientado pelos serviços médico veterinários competentes e que os animais depois de recolhidos têm um amplo espaço para satisfazer as suas necessidades básicas nomeadamente de enriquecimento ambiental. Este enriquecimento dá-se em espaços próprios para alojar estes animais, parques de realojamento de matilhas de cães que estão, e devem estar, perto do canil para que haja maior controlo. De salientar que o parque mais pequeno tem cerca de 1000 metros quadrados, o segundo 2000 e um terceiro, ainda por terminar, será ainda maior. Estes parques são de terra batida e mato o que transmite segurança aos animais e lhes permite manifestar o seu comportamento natural e assilvestrado. Tudo com o máximo de segurança para os cuidadores, serviços do CROA de Sintra e respetivos serviços médico veterinários. Acresce que os cuidadores visitam os parques diariamente e participam nas atividades necessárias à preservação do espaço, fomentando também a socialização destes animais. Algumas matilhas diferentes foram mesmo colocadas no mesmo parque e até à data não houve registo de lutas entre as mesmas. Os animais estão felizes e escavam túneis para se resguardar, aparentam comportamentos assilvestrados, mas não colocam a segurança pública, ou privada, em risco.

Em Setúbal, e pese embora a atuação pontual iniciada pelos serviços da Câmara, a recolha de 3-4 animais da matilha da Serra da Arrábida, falta, querermos, aproveitar os bons exemplos seguidos pelos municípios de Sintra e Matosinhos nomeadamente com a integração dos cuidadores no processo de captura, acompanhamento e adoção destes animais. A falta de espaço no canil municipal de Setúbal releva também a importância de o executivo encontrar espaços alternativos para que estes animais, caso não consigam ser adotados, possam viver o resto dos seus dias em pleno enriquecimento ambiental.

Neste âmbito, e para que seja cumprida a respetiva e desejável harmonia entre municípios e os serviços da Câmara, importa também melhorar a transparência documental de todos os animais que são capturados em matilhas para que se confirme e garanta, de modo atualizado, qual o status destes animais.

Deste modo e pelos motivos atrás explanados, vem a representação municipal do PAN propor que a Assembleia Municipal de Setúbal, na sua Sessão Ordinária de 22 de novembro de 2019, delibere recomendar à Câmara Municipal de Setúbal que:

- 1. Crie estratégias de dinamização e inclusão dos cuidadores no processo relativo às matilhas de Setúbal;*
- 2. Com o auxílio de entidades profissionais estimule treinos especializados para os animais capturados de modo à sua possível reintegração na sociedade;*
- 3. Estimule a adoção de animais que comprovem estar devidamente socializados e garantam a segurança pública;*
- 4. Reforce as campanhas de adoção destes, e de outros animais, para que se garanta o fim da sobrelotação no Centro de Recolha Oficial de Animais de Setúbal;*
- 5. Reforce a informação dos dados referentes a todos os animais retidos ou geridos, nos sites da Câmara Municipal e de outras associações que possam estar ou vir a ser envolvidas neste processo;*
- 6. Proceda ou acelere a esterilização massiva dos cães em matilha que se encontram nas vias pública do concelho;*



7. *Construa ou acelere a criação de espaços suplementares ao Centro de Recolha Oficial de Animais do município, com áreas espaçosas que garantam a recriação ambiental de longo prazo para realojamento de matilhas de cães.”*

Jerónimo Lopes (CDU) – À minha bancada da CDU já não nos surpreende a apresentação deste tipo de moções por parte da deputada do PAN, nem o seu conteúdo. Não sofremos aqui de fenómenos de perda da memória recente que afetam algumas pessoas e depois têm dificuldade em encontrar as razões para as posições que os outros assumem relativamente a um conjunto de matérias. Vão-se esquecendo ou vão fazendo que ignoram aquilo que está em cima da mesa, e este é mais um dos casos em que o PAN nos brinda com uma moção onde recomenda à câmara que faça aquilo que a câmara já faz e até reconhece no texto da moção que faz bem e é um exemplo. Creio que esta moção deveria ser retirada, porque não dignifica o órgão deliberativo, no sentido de recomendar à câmara que faça aquilo que faz e faz bem e é um exemplo de boa prática, que está na vanguarda de algumas soluções.

Suzel Costa (PAN) – Queria perguntar se o problema das matilhas já está resolvido, se os animais já não estão na rua ou se estão a alojados no CROAC?

O problema das matilhas que aqui trazemos, tal como aconteceu em 2011 e 2013, não podem recolher, porque não têm espaço para o fazer, não podem esterilizar e devolver à rua, porque não é permitido por lei, mas podemos sempre optar por adiar até que as obras fiquem prontas, até que o número de animais seja excessivo, até que aconteça um acidente para que a opinião pública se manifeste e para que então esses animais sejam capturados com recursos, talvez como no passado, porque depois são agressivos.

Pedro Vieitas (PPD/PSD) – A pertinência desta recomendação é importante, não nos esqueçamos que os animais que andam a atacar e que podem atacar pessoas e atacar outros animais, como foi o exemplo na Quinta do Anjo que já mataram ovelhas. Sugiro que dada a sua pertinência a recomendação baixasse à Comissão do Ambiente para se fazer um estudo aprofundado, para se ver o que Sintra está a fazer e ver o que é que se pode fazer relativamente a isto.

Jerónimo Lopes (CDU) – Não nos opomos que baixe à Comissão do Ambiente, mas o baixar à comissão não invalida o trabalho que a Câmara Municipal está a fazer em todas estas áreas, por exemplo, o senhor deputado acabou referir uma questão sobre a qual já existem contactos, troca de experiências com a Câmara de Sintra e com outras, relativamente a outras experiências. Da mesma forma como há medidas da Câmara no sentido de responder a preocupações que aqui estão colocadas. Esta é a questão! O facto de a comissão acolher e desenvolver, não temos nada contra. Neste momento a assembleia recomenda à câmara que faça aquilo que já faz, não estamos de acordo!

Suzel Costa (PAN) – O nosso entendimento é que a câmara, por muita boa vontade que tenha ainda não o fez, os cães continuam no mesmo local e não temos visto a inclusão da sociedade civil na gestão responsável destas matilhas.

Vítor Ferreira (PS) – Todos queremos o mesmo, mas parece que há uma dissonância em relação ao que está mesmo a ser feito e não está a ser feito. A bancada do Partido Socialista vai acompanhar a sugestão de baixar à Comissão para se poder estudar e perceber realmente o que está a ser feito e o que pode ainda ser feito.

Presidente da Mesa – A senhora deputada do PAN vê algum inconveniente nas propostas que os senhores deputados da CDU e do PS colocaram?

Suzel Costa (PAN) – Pelos valores da democracia, já que a maioria quer que baixe à Comissão, ela pode baixar.

Presidente da Mesa – Por consenso das bancadas, propõe-se à votação esta moção, com a proposta de deliberação de baixar à Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade.

Não havendo mais intervenções, foi aprovada por maioria e em minuta, com as abstenções de AC e do CDS-PP.

Presidente da Mesa – Deu conhecimento da saudação apresentada pela bancada do PS “109º Aniversário do Vitória Futebol Clube” (conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 20).

“Saudação

109º Aniversário do Vitória Futebol Clube

O Vitória Futebol Clube, de Setúbal, celebrou mais um ano existência no passado dia 20 de novembro. Efetivamente, foi há precisamente 109 anos que

*“Em Setúbal nasceu
Um clube pequenino
Que ficou bem na memória
E com os anos cresceu
Entranhado no destino
Com o nome de Vitória.”*

O Vitória Futebol Clube é um clube importante na cidade, na região e um dos maiores emblemas de Portugal. É feito de um passado com história, com um palmarés rico em vitórias e com muitas conquistas que enchem de orgulho as suas gentes.

O Vitória Futebol Clube tem, na sua massa associativa, adeptos fiéis, que não negam o seu apoio nas horas difíceis e que, com alegria, exaltam os seus momentos de vitória.

O Vitória Futebol Clube é feito de gente que cresceu e aprendeu a ser Vitória e ser Vitória é ter um sentimento genuíno, ser exigente, ter um elevado sentido de responsabilidade desportiva, saber estar e respeitar e, sobretudo, ter memória e, também, ter na memória aqueles que, com dedicação, souberam elevar bem alto o nome do Enorme, o Vitória Futebol Clube.

O Vitória Futebol Clube é também um clube eclético desde a sua fundação, um clube de modalidades tão distintas como o atletismo, a ginástica, o andebol, os trampolins ou o ténis de mesa, entre outras. Nesse ecletismo reside parte significativa do sucesso deste Clube, que movimenta milhares de crianças, jovens e adultos na prática desportiva de formação, competição e manutenção.

Na passagem de mais um aniversário desta enorme e nobre instituição, deixamos votos de conquistas desportivas e principalmente o desejo de que o Vitória Futebol Clube saiba, em todos os momentos, honrar o seu passado, dando continuidade a uma marca de excelência que honrou e honra o nome da nossa Cidade, da Região e de Portugal nos quatro cantos do Mundo.

É por isso que a Assembleia Municipal de Setúbal saúda, em mais um aniversário, o Vitória Futebol Clube.

Viva o Vitória!... Viva Setúbal!...”

Mário Aranha (PS) – Basicamente o que nós queremos é saudar o maior e o mais importante clube da nossa cidade o Vitória. Celebrou no dia 20 de novembro 109 anos. “*Em Setúbal nasceu um clube pequenino, que ficou bem na memória e com os anos cresceu entranhado no destino com o nome de Vitória*”.

Falando com o coração, congratulamo-nos com os 109 anos do Vitória e só queremos dizer que o Vitória não é grande é enorme.

Não havendo mais intervenções, foi a saudação aprovada por unanimidade e em minuta, com aclamação.

Presidente da Mesa – Temos uma outra Moção, apresentada pela bancada do PPD/PSD “Escola a tempo inteiro para todos” (conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 21).

“Moção

Escola a tempo inteiro para todos

A educação é, em Setúbal, uma emergência. Apesar de alguma melhoria, o concelho de Setúbal apresenta dos indicadores mais baixos de conclusão do ensino secundário ou do ensino superior em contexto comparativo na Área Metropolitana de Lisboa e com outras capitais de distrito.

Sabendo que existe uma relação direta entre a formação académica obtida e o rendimento auferido, a melhor maneira de contrariar a precariedade do emprego e a pobreza é apostar na educação e formação das nossas crianças e jovens.

O desenvolvimento do tecido empresarial e da economia da região é igualmente afetado por este indicador pois as empresas, para se instalarem nos territórios, têm como um dos seus critérios o capital humano disponível. É, por isso, muito importante, para que Setúbal consiga vencer os problemas sociais, proporcionarmos uma educação de qualidade a todos. Especialmente aos que possuem menos possibilidades de conseguir essa educação e formação fora da escola pública. E aí os primeiros anos - pré-escolar e o ensino básico - são determinantes.

A Câmara Municipal de Setúbal, em 2019, continua a perpetuar as condições de desigualdade de oportunidades de acesso e sucesso escolar, ao aprovar um parecer favorável à constituição de turmas em horário duplo nas escolas básicas do 1.º ciclo da rede pública do concelho.

Neste ano letivo, são 49 as turmas a funcionar em horário duplo em sete estabelecimentos de ensino do 1.º ciclo do ensino básico, o que significa cerca de 1225 alunos sem escola a tempo inteiro e cerca 1225 famílias sem a educação e assistência aos seus filhos, a que todos têm direito. Acresce o facto, não menos importante, de que o regime duplo escolar implica uma despesa acrescida para as famílias de forma a conciliar o emprego com o cuidar dos filhos ou a diminuição da sua capacidade de empregabilidade.

A Câmara Municipal de Setúbal argumenta que não existem salas de aula suficientes para suprir as necessidades de pré-escolar e de 1.º ciclo, contudo, convém recordar que as competências da construção e manutenção dos edifícios escolares do pré-escolar e do primeiro ciclo são responsabilidade das Câmaras Municipais. Assim, a falta de salas suficientes para que as crianças de Setúbal possam ter escola a tempo inteiro é uma opção de quem nos governa localmente.

A Carta Educativa de Setúbal identifica, em 2006, que acabar com a sobreocupação dos edifícios escolares existentes deveria ser um dos objetivos do Município, mas o que se regista é que ano após ano continuamos com o mesmo problema.

Apesar de ter existido algum investimento em novas escolas, a última construção de uma escola foi em 2010 – a EB1/JI da Brejoeira, que teve um custo para a autarquia de cerca de 3.200.000 de euros – e na melhoria de algumas outras, revelou-se claramente insuficiente.

Considerando que:

- O exercício de competências pelas autarquias locais no domínio da educação é uma realidade com mais de três décadas e um dos fatores decisivos na melhoria da escola pública, nomeadamente na promoção do sucesso escolar;

- Cabe ao Município de Setúbal, entre outras atribuições e competências na área da Educação, a construção, manutenção e apetrechamento dos estabelecimentos de educação pré-escolar e ensino básico, os transportes escolares na escolaridade obrigatória, gestão do pessoal não docente do pré-escolar, a dinamização do Conselho Municipal de Educação e a atualização da Carta Educativa;

- A Carta Educativa de Setúbal foi elaborada em 2006 num quadro legislativo e com uma realidade socioeconómica e cultural distinta da atualidade. Este instrumento de planeamento estratégico deveria ter sido atualizado a cada 5 anos ou no seu limite em 2016, situação que não ocorreu e que poderá justificar a dúvida sobre os investimentos em estabelecimentos escolares;

- No início do ano letivo 2019/2020, o Município anunciou como novidade ter realizado um investimento superior a um milhão de euros em cinco escolas básicas do concelho, nomeadamente nas escolas básicas da Azeda, do Peixe Frito, da Bela Vista, do Faralhão e de Casal de Bolinhos. Afirmou ainda, o vereador do pelouro da Educação que iriam proceder a mais investimentos consubstanciados na substituição de estores, a adoção de lâmpadas LED para maior eficiência energética e a substituição de alguns pisos e casas de banho, e não da construção ou ampliação da oferta de salas de aula de pré-escolar e 1.º ciclo;

- A falta de Assistentes Operacionais coloca em causa o bom funcionamento das escolas, a segurança das crianças e a qualidade dos projetos educativos e pedagógicos. Ora, constitui-se obrigação do Município proceder ao recrutamento e seleção do pessoal não docente, incluindo assistentes operacionais, assistentes administrativos e técnicos de educação especial, a afetar aos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas da rede escolar pública;

Perante o exposto, a Assembleia Municipal de Setúbal, reunida hoje, apela e recomenda que a Câmara Municipal de Setúbal atue no cumprimento das suas atribuições e competências na área da Educação, nomeadamente:

- Construção e apetrechamento de estabelecimentos de educação pré-escolar e de 1.º ciclo de ensino básico, de forma a suprir as necessidades da população estudantil;

- Atualizar a Carta Educativa de Setúbal, tornando-a um efetivo instrumento de planeamento da gestão pública;

- Proceda aos procedimentos concursais para suprir as necessidades de assistentes operacionais das escolas de pré-escolar e de 1.º ciclo.”

Pedro Vieitas (PPD/PSD) – Visto que temos pouco tempo, apenas irei ler a parte deliberativa. “Perante o exposto, a Assembleia Municipal de Setúbal, reunida hoje, apela e recomenda que a Câmara Municipal de Setúbal atue no cumprimento das suas atribuições e competências na área da Educação, nomeadamente:

- Construção e apetrechamento de estabelecimentos de educação pré-escolar e de 1.º ciclo de ensino básico, de forma a suprir as necessidades da população estudantil;

- Atualizar a Carta Educativa de Setúbal, tornando-a um efetivo instrumento de planeamento da gestão pública;

- Proceda aos procedimentos concursais para suprir as necessidades de assistentes operacionais das escolas de pré-escolar e de 1.º ciclo.”

Esta moção foi apresentada com o título “*Escola a Tempo Inteiro para Todos*”, porque neste ano letivo são 49 novas turmas a funcionar em horário duplo, em sede de estabelecimentos de ensino do 1º ciclo do ensino básico, o que significa cerca de 1.225 alunos sem escola a tempo inteiro e cerca de 1.225 famílias sem a educação e a assistência aos seus filhos a que todos têm direito. Acresce o facto, não menos importante, de que o regime duplo escolar implica uma despesa acrescida para as famílias, de forma a conciliar o emprego com o cuidar dos filhos ou a diminuição da sua capacidade de empregabilidade.

Vitor Ferreira (PS) – O grupo municipal do PS iria propor que esta moção baixasse à Comissão respetiva para se poder analisar com mais pormenor, uma vez que, se há coisas que nós acompanhamos, é necessário construir edifícios escolares, é necessária uma nova carta educativa mais adaptada à realidade. Também é verdade que quando aqui se diz que há um insucesso e frustração no secundário e no ensino superior e que isso se deve às condições de trabalho a nível do pré e do 1º Ciclo, já estamos a forçar muito a barra. O Partido Socialista reconhece que a CDU tem governado o concelho de Setúbal como um exemplo de progresso e de boa gestão daquilo que são os recursos existentes, até no âmbito da descentralização. Sabendo que há muito por fazer, não conseguimos acompanhar tudo o que é dito aqui. Inclusivamente o senhor vereador teve ocasião de nos explicar, que não é competência da autarquia contratar os assistentes operacionais para o 1º Ciclo. Sabemos que a autarquia tem algumas vezes ultrapassado a sua competência e tentado ir ao encontro da resolução desses problemas. Há muita crispação, neste momento, em relação à educação, por isso gostaríamos que fosse discutido na Comissão de Educação, ouvindo o Conselho Municipal de Educação, ouvindo os diretores, ouvindo os agentes locais, para que pudéssemos pensar melhor naquilo que é, neste momento, a prioridade e não contribuirmos para mais crispação em educação.

Celestina Neves (Presidente da Junta de Freguesia de Azeitão) – O professor Vítor acabou por fazer uma intervenção sobre algumas das coisas que eu queria dizer. Quando aqui é dito “(...) perante o exposto a Assembleia Municipal, apela e recomenda que a Câmara Municipal de Setúbal atue no cumprimento da suas atribuições e competências”. Proceder a “(...) procedimentos concursais para suprir as necessidades de assistentes operacionais nas escolas para o 1.º Ciclo”, não é sequer uma competência da Câmara Municipal. Também estou de acordo com o que disse o senhor deputado Vítor, o facto de baixar à Comissão de Educação, porque há aqui, tal como diz o senhor deputado Vítor “*alguma crispação*” e na intervenção do senhor deputado Pedro Vieitas viu-se que havia ali alguma crispação, porque os números que ele acabou por atirar para cima da mesa não correspondem ao concelho de Setúbal. Se se pretende recomendar à Câmara, penso que isto não está de acordo.

João Luz (CDU) – Não nos iremos opor a esta proposta de baixar à Comissão esta moção, porque entendemos que é útil a bancada do Partido Social Democrata ser esclarecida sobre um conjunto de coisas. Esta moção que apresentam é uma coisa absolutamente extraordinária, é de quem não conhece sequer o que tem aprovado nesta Assembleia Municipal. Foi aprovado nesta Assembleia Municipal a rejeição das competências na área da educação até 2021 e o PSD apresenta-nos uma moção como se estas já fossem da responsabilidade da Câmara Municipal. O PSD desconhece que em 2008/2009 existiam 89 turmas em regime normal e 146 em regime duplo, que hoje existem 167 em regime normal e 49 em regime duplo. O PSD desconhece que em 2006/2007 existiam 17 salas de pré-escolar e que hoje existem 44 salas. O



PSD desconhece que o Município de Setúbal elaborou a sua Carta Educativa em 2006 e que desde aí o Ministério da Educação ainda não publicou os critérios técnicos para a elaboração das Cartas Educativas Segunda Geração, sendo que o município, correndo um conjunto de riscos, está a desenvolver os procedimentos necessários para o fazer.

Em relação aos números do investimento, era importante que nessa comissão fosse demonstrado ao PSD que o número de 1 milhão em investimentos não é uma brincadeira. Estamos a falar nos últimos 10 anos, os investimentos feitos em escolas, na eliminação de coberturas de fibrocimento, requalificações, apetrechamentos, estamos a falar à volta de 25 milhões de euros, sem contar com apoios de investimentos ao nível dos apoios sociais. Estamos de acordo com a proposta que é feita para baixar à Comissão.

Presidente da Mesa – Pergunto se a bancada do PSD está de acordo com a proposta que foi apresentada para que esta moção baixe à Comissão?

Pedro Vieitas (PPD/PSD) – Estamos de acordo, porque achamos que a educação é uma coisa que é importante e que é importantíssimo resolver. Não pude ler a recomendação toda porque não temos tempo, no entanto a mesma refere que já alguma coisa foi feita, nós não dissemos que nada foi feito. Dizemos que há muitos problemas ainda por resolver e esta é uma recomendação para que sejam resolvidos. Evidentemente que estamos dispostos que baixe à Comissão, para ser debatida a melhor forma em que podemos ajudar o executivo, porque é isso que enquanto deputados municipais todos nós estamos aqui a fazer.

Presidente da Mesa – Por consenso das bancadas esta moção baixa à Comissão de Educação, tendo sido aprovada por unanimidade.

Não havendo mais intervenções, foi a moção aprovada por unanimidade e em minuta.

Presidente da Mesa – Temos um voto de saudação apresentado pelo PSD “A importância da memória europeia para o futuro da Europa”. (Conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 22).

VOTO DE SAUDAÇÃO

Saudação Importância da memória europeia para o futuro da Europa

No passado dia 19 de setembro, o Parlamento Europeu aprovou uma Resolução relativa à "Importância da memória europeia para o futuro da Europa" com o voto favorável de uma larga maioria dos eurodeputados (535 votos a favor, 66 contra e 52 abstenções) associados aos grupos políticos EPP, S&D, Greens e Renew Europe. Em sentido contrário pronunciaram-se os eurodeputados do grupo Esquerda Unitária.

Nessa resolução são consideradas como relevantes as declarações proferidas em 22 de agosto de 2019 por Frans Timmermans, primeiro vice-presidente da Comissão Europeia, e pela Comissária Věra Jourová, na véspera do Dia Europeu da Memória das Vítimas de todos os regimes totalitários e autoritários.

Nessa Resolução são referenciados tópicos tão importantes quanto os abaixo citados:

"Considerando que há 80 anos, em 23 de agosto de 1939, a União Soviética comunista e a Alemanha nazi assinaram um pacto de não-agressão, conhecido como Pacto Molotov-Ribbentrop, e os seus protocolos secretos, dividindo a Europa e os territórios de Estados independentes entre os dois regimes totalitários segundo esferas de interesse, preparando assim o caminho para o início da Segunda Guerra Mundial;

Considerando que, em consequência direta do Pacto Molotov-Ribbentrop, seguido do tratado de fronteira e amizade entre o regime soviético e nazi de 28 de setembro de 1939, a República Polaca foi primeiro invadida por Hitler e, duas semanas mais tarde, por Estaline - o que privou o país da sua independência e foi uma tragédia sem precedentes para o povo polaco - a União Soviética comunista iniciou uma guerra de agressão contra a Finlândia em 30 de novembro de 1939 e, em junho de 1940, ocupou e anexou partes da Roménia - territórios que nunca foram devolvidos - e procedeu à anexação das repúblicas independentes da Lituânia, da Letónia e da Estónia;

Considerando que, após a derrota do regime nazi e do fim da Segunda Guerra Mundial, o pós-guerra foi, para alguns países europeus, sinónimo de reconstrução e de reconciliação, enquanto outros permaneceram sob o jugo de ditaduras - alguns sob a ocupação ou influência direta soviética - durante meio século, e continuaram a ser privados de liberdade, soberania, dignidade, direitos humanos e desenvolvimento socioeconómico;

Considerando que, apesar de os crimes do regime nazi terem sido julgados e punidos nos julgamentos de Nuremberga, continua a ser urgente reforçar a sensibilização para os crimes cometidos pelo estalinismo e por outras ditaduras, bem como efetuar uma avaliação moral deste período e uma investigação judicial desses crimes;

Recorda que os regimes nazi e comunista são responsáveis por massacres, pelo genocídio, por deportações, pela perda de vidas humanas e pela privação da liberdade no século XX numa escala nunca vista na História da humanidade, e relembra o hediondo crime do Holocausto perpetrado pelo regime nazi; condena veementemente os atos de agressão, os crimes contra a humanidade e as violações em massa dos direitos humanos perpetrados pelos regimes nazi e comunista e por outros regimes totalitários;

Manifesta o seu profundo respeito por todas as vítimas destes regimes totalitários e apela a todas as instituições e intervenientes da UE para que façam tudo o que estiver ao seu alcance para garantir que os hediondos crimes cometidos por regimes totalitários contra a humanidade e as violações graves e sistemáticas dos direitos humanos sejam recordados e julgados pelos tribunais, e para assegurar que esses crimes não se repitam; salienta a importância de manter viva a memória do passado, uma vez que não pode existir qualquer reconciliação sem memória e reitera a sua posição unida contra todos os regimes totalitários, independentemente do seu contexto ideológico;

Exorta todos os Estados-Membros da UE a fazerem uma avaliação clara e assente em princípios sobre os crimes e atos de agressão perpetrados pelos regimes comunistas totalitários e pelo regime nazi;

Condena todas as manifestações e a propagação de ideologias totalitárias, tais como o nazismo e o estalinismo, na União;

Condena o revisionismo histórico e a glorificação dos colaboradores nazis em alguns Estados-Membros da UE; manifesta profunda preocupação com a crescente aceitação de ideologias radicais e o retorno ao fascismo, ao racismo, à xenofobia e a outras formas de intolerância na União Europeia, e considera perturbadores os relatos de conluio de líderes e partidos políticos e forças da ordem com movimentos radicais, racistas e xenófobos de vários quadrantes políticos em alguns Estados-Membros; insta os Estados-Membros a condenarem veementemente tais atos, na medida em que comprometem os valores da paz, da liberdade e da democracia preconizados pela UE;

Exorta todos os Estados-Membros a comemorarem em 23 de agosto o Dia Europeu da Memória das Vítimas de Regimes Totalitários, tanto a nível da UE, como a nível nacional, e a sensibilizarem as novas gerações para essas questões mediante a introdução da história e análise das consequências dos regimes totalitários nos programas e nos manuais escolares de todas as escolas europeias; insta os Estados-Membros a promoverem a documentação do passado

conturbado da Europa, nomeadamente através da tradução dos processos dos julgamentos de Nuremberga para todas as línguas da UE;

Insta os Estados-Membros a condenarem e a combaterem todas as formas de negação do Holocausto, incluindo a banalização e a minimização dos crimes perpetrados pelos nazis e seus colaboradores, e a evitarem essa banalização no discurso político e nos meios de comunicação social;

Apela a uma cultura comum da memória que rejeite os crimes dos regimes fascista e estalinista e de outros regimes totalitários e autoritários do passado como forma de promover a resiliência contra as ameaças modernas à democracia, em particular entre a geração mais jovem; encoraja os Estados-Membros a promoverem, através da corrente cultural dominante, o ensino da diversidade da nossa sociedade e da nossa história comum, incluindo o ensino das atrocidades da Segunda Guerra Mundial, como o Holocausto, e a desumanização sistemática das suas vítimas ao longo de vários anos;

Apela, além disso, a que o dia 25 de maio (aniversário da execução do herói de Auschwitz, Witold Pilecki), seja proclamado Dia Internacional das Heróis da Luta contra o Totalitarismo, em sinal de respeito e de homenagem a todos aqueles que, ao combaterem a tirania, deram provas do seu heroísmo e da sua verdadeira estima pela humanidade, dando desse modo às gerações futuras um exemplo claro da atitude correta a assumir face à ameaça da escravidão totalitária;

Insta a Comissão a apoiar eficazmente os projetos de promoção da memória e da comemoração históricas nos Estados-Membros e as atividades da Plataforma da Memória e da Consciência Europeias, bem como a afetar recursos financeiros adequados no âmbito do programa «Europa para os Cidadãos», a fim de apoiar a comemoração e a recordação das vítimas do totalitarismo, como estabelecido na posição do Parlamento sobre o programa «Direitos e Valores 2021-2027»;

Declara que a integração europeia, enquanto modelo de paz e reconciliação, foi uma escolha livre dos povos da Europa para se comprometerem na via de um futuro partilhado e que cabe à União Europeia a especial responsabilidade de promover e salvaguardar a democracia, o respeito dos direitos humanos e o Estado de Direito, tanto dentro como fora da União Europeia;

Salienta que, à luz da sua adesão à UE e à NATO, os países da Europa Central e Oriental não só regressaram à família europeia de países democráticos livres, como também conseguiram obter êxito, com a assistência da UE, na realização de reformas e na promoção do desenvolvimento socioeconómico; salienta, no entanto, que esta opção deve permanecer aberta a outros países europeus, tal como estipulado no artigo 49.º do TUE;

Expressa preocupação com a continuação da utilização de símbolos de regimes totalitários em espaços públicos e para fins comerciais e recorda que vários países europeus proibiram a utilização de símbolos nazis e comunistas;

Observa a permanência nos espaços públicos de alguns Estados-Membros de monumentos e locais comemorativos (parques, praças, ruas, etc.) que glorificam os caminhos totalitários, o que abre caminho à distorção de factos históricos sobre as consequências da Segunda Guerra Mundial e à propagação do sistema político totalitário;

Condena o facto de as forças políticas extremistas e xenófobas na Europa recorrerem cada vez mais à distorção dos factos históricos e empregarem simbolismos e retóricas que lembram aspetos da propaganda totalitária, inclusivamente o racismo, o antissemitismo e o ódio contra as minorias sexuais e outras;

Exorta os Estados-Membros a garantirem o cumprimento das disposições da Decisão-Quadro do Conselho, por forma a combater as organizações que se dedicam à propagação do discurso de incitação ao ódio e à violência em espaços públicos e em linha, e a proibir de forma eficaz os grupos neofascistas e neonazis e qualquer outra fundação ou associação que exalte e glorifique o nazismo e o fascismo ou qualquer outra forma de totalitarismo, no respeito pela ordem jurídica nacional e pela jurisdição nacional na matéria;

Salienta que o trágico passado da Europa deve continuar a servir de inspiração moral e política para enfrentar os desafios do mundo de hoje, incluindo a luta por um mundo mais justo, a criação de sociedades e comunidades abertas e tolerantes para com as minorias étnicas, religiosas ou sexuais e a promoção dos valores europeus para todos;

Encarrega o seu Presidente de transmitir a presente resolução ao Conselho, à Comissão, aos governos e parlamentos dos Estados-Membros, à Duma da Rússia e aos parlamentos dos países da Parceria Oriental."

Os eurodeputados portugueses pronunciaram-se maioritariamente em sentido favorável à aprovação da presente resolução tendo votado da seguinte forma:

Name	Group	Member State	Vote	Loyal / Rebel to political group
Alvaro AMARAL	EPP	Portugal	👍	Loyal
Luís CARVALHO	S&D	Portugal	👍	Loyal
Maria Da Graça CARVALHO	EPP	Portugal	👍	Loyal
Sara CÉLESTES	S&D	Portugal	👍	Loyal
José Manuel FERNANDES	EPP	Portugal	👍	Loyal
Francisco GUERRERO	Green/EFA	Portugal	👍	Loyal
Margarida MARQUES	S&D	Portugal	👍	Loyal
Pedro MARQUES	S&D	Portugal	👍	Loyal
Nuno MELO	EPP	Portugal	👍	Loyal
Luís PEREIRA	EPP	Portugal	👍	Loyal
Paulo RANDEL	EPP	Portugal	👍	Loyal
Luís SANTOS	S&D	Portugal	👍	Loyal
Pedro SILVA PEREIRA	S&D	Portugal	👍	Loyal
Cláudia ZDARMAHO	S&D	Portugal	👍	Loyal
José FERREIRA	GUE/NGL	Portugal	👎	Loyal
Maria MATIAS	GUE/NGL	Portugal	👎	Loyal
Sandra REBEIRA	GUE/NGL	Portugal	👎	Loyal
José GLEZARD	GUE/NGL	Portugal	👎	Rebel
Margarida PIZARRO	S&D	Portugal	👎	Rebel
Vanda Manuel LEITÃO MARQUES	S&D	Portugal	👎	Absent
Cláudia MONTEIRO DE ADOUAR	EPP	Portugal	👎	Absent

Neste sentido, os deputados municipais do PSD propõem que a AMS, reunida em sessão ordinária de 22 de novembro de 2019, delibere:

1. Aprovar um voto de saudação à deliberação histórica do Parlamento Europeu plasmada na Resolução acima identificada;



2. *Prestar um minuto de silêncio, pelas vítimas dos massacres, genocídios, deportações, perdas de vidas humanas e privação da liberdade desses regimes;*
3. *Exortar os diversos atores políticos, em particular o Ministério da Educação, a que no âmbito da revisitação histórica da nova disciplina de "História, Cultura e Democracia" a ministrar aos estudantes do 12º ano de escolaridade insiram um módulo destinado a identificar a revisitação histórica da 2ª Guerra Mundial e das consequências das ditaduras nazista e comunista na Europa do século XX.*
4. *Dar conhecimento deste voto às instituições europeias através da delegação da Comissão Europeia em Portugal, bem como às embaixadas dos países membros do Conselho da Europa."*

João Luz (CDU) – Relativamente a esta moção apresentada pelo PSD, a primeira coisa que se nos oferece dizer, é que entendemos que esta moção surge num quadro de uma mera provocação, num quadro da caricatura de si mesmo em que o PSD, em Setúbal, se tem vindo a transformar. Este voto de saudação apresentado é aquilo que nos parece um instrumento típico de um partido que se torna numa espécie de escola, um centro de formação dos “*Andrés Venturas*” desta vida. Confunde opressores com libertadores, ocupante com resistente, genocida com herói. É isto que o PSD nos oferece nesta Assembleia Municipal, um exercício de revisionismo histórico que fala do pacto germano-soviético, mas esquece os acordos de Munique. É um exercício de revisionismo histórico que fala dos crimes do nazismo e dos crimes do comunismo ou do estalinismo, mas esquece os crimes do capitalismo e esquece-se o número de vítimas diário, que ainda hoje o “contador” está a correr. Mais do que fazer uma caracterização, socorria-me dum escritor alemão “Thomas Mann” que tem uma expressão interessante sobre esta questão de comparar o nazismo com o comunismo: “*Na melhor das hipóteses é uma superficialidade, na pior das hipóteses é fascismo, quem insiste nesta comparação pode ser considerado um democrata, mas na verdade e no fundo do seu coração, ele é realmente um fascista e é claro que só combaterá o fascismo de maneira aparente hipócrita, deixando todo o seu ódio para combater o comunismo*”. Esta é a razão de fundo, de um determinado espectro de uma social democracia que se comporta objetivamente com uma ala moderada do fascismo e tem criado espaço na Europa para a recuperação e o recrudescimento dos movimentos de extrema-direita.

Vitor Ferreira (PS) – A bancada vai acompanhar o voto de saudação, mas lembra que é bom que aqueles que ficam satisfeitos com a aprovação desta resolução, não se esqueçam que o povo soviético fez parte da solução no combate ao nazismo/fascismo, que os nazis/fascistas surgiram na Europa, não foi por causa daquilo que é dito como o totalitarismo comunista. Como disse o senhor deputado Afonso Luz, muitos dos tiques nervosos e muitas das ações que levaram ao aparecimento desses populismos e desses fascismos, estão hoje presentes naquilo que é a nossa Europa, por isso, satisfeitos por chamarmos as coisas pelos nomes, mas chamar as coisas pelos nomes é estarmos atentos àquilo que são hoje alguns comportamentos muito semelhantes com os anos 30, do século passado.

Nuno Lopes (CDU) – O meu camarada João Afonso já referiu a questão do Tratado de Munique, mas não só, a questão do pacto de concórdia e cooperação que permitiu que a Alemanha nazi se rearmasse, também teve o apoio da França e do Reino Unido. Este enquadramento histórico é aquilo que está a surgir neste momento nos partidos da direita. Podemos lembrar o livro, “*Um Século de Escombros*” de Gabriel Mithá Ribeiro dedicado a Donald Trump, Jair Bolsonaro e à “*Nova Direita Europeia*” com Viktor Órban e Steve Bannon e quem apresentou este livro foi a ex-ministra das Finanças Maria Luísa Albuquerque,



a qual o senhor ex-Presidente da República Cavaco Silva, achava que tinha todas as condições para liderar o PSD.

Afonso Luz (CDU) – Acrescentando ao que o deputado João Afonso já referiu. É uma regra básica, “*só comparamos aquilo que deve ser comparado*”. Se o Parlamento Europeu queria comparar alguma coisa, devia comparar regimes socialistas e regimes capitalistas e não apenas o nazi/fascismo, que não passa de uma fase do capitalismo ou de uma expressão do capitalismo. Isso seria sim, abordar este tema de uma forma séria. Os regimes capitalistas têm imensamente mais crimes do que aqueles que são atribuídos a regimes socialistas e com a agravante de continuarmos a vê-los serem cometidos diariamente nos dias de hoje, com intervenção direta ou indireta de países da União Europeia. Ainda ninguém se esqueceu da vergonha que foi há uns anos para o país, ver um primeiro-ministro português, líder do PSD, servir de moço de cerimónias no anúncio do início de uma guerra, com base em mentiras, guerra essa onde foram assassinados, naquele em que então chamavam danos colaterais, mulheres, crianças e homens civis que nada tinham a ver com aquele processo. Por esses crimes, sim, devíamos fazer minutos de silêncio e como diz na moção apresentada pelo PSD, deviam ser ensinados às nossas crianças, nas nossas escolas, as responsabilidades que o PSD teve naquele processo.

Paulo Calado (PPD/PSD) – As intervenções que foram feitas pelas diversas bancadas falam por si, não houve hipótese de ler o texto devido ao tempo que temos limitado para fazer a nossa intervenção. Queria deixar tranquilo o deputado João Afonso Luz, que não levamos lições para casa, ainda mais de partidos como o seu, em que a liberdade de expressão é muito limitada, que em coligações onde há partidos que nunca foram a votos sozinhos, porque na realidade se tratam de partidos fantoches, que em Setúbal servem para fazer de conta. São contra as dragagens, tal como se viu hoje, mas depois naquilo que são as suas propostas oficiais e naquilo que são as suas declarações, nomeadamente pela senhora Presidente de Câmara, são a favor das dragagens.

Vítor Rosa (BE) – Este voto de saudação apresentado pela bancada do PSD trouxe-me à memória um anúncio publicitário que é “*O OMO lava mais branco*”. Este revisionismo histórico colocado no seu conteúdo desta saudação, metendo no mesmo “*cesto dos ovos*” aquilo que foi, o comunismo e o nazismo, (ressalvo a questão de que Estaline também cometeu um conjunto de crimes históricos relativamente à população da URSS), mas isso também não é menos verdade da luta da resistência ao nazismo na Europa. Aquilo que os senhores procuram fazer com este voto de saudação é uma lavagem daquilo que foi o nazismo e aquilo que tem sido os movimentos de extrema-direita nesta Europa. Tomemos em atenção aquilo que se está a passar em Espanha com o “VOX”.

Nuno Lopes (CDU) – Temos orgulho naquilo que somos e naquilo que fomos. O PCP lutou durante o período da ditadura fascista, teve os seus militantes presos e quando foi a Assembleia Constituinte tivemos uma série de deputados que estiveram presos anos a fio, enquanto nessa mesma Assembleia Constituinte, tiveram deputados da ala liberal, que eram independentes, mas que não estavam presos e que lutaram daquela forma...

Presidente da Mesa – Senhoras e senhores deputados, chamo a vossa atenção para o respeito das opiniões de cada um. A Assembleia é um órgão democrático, onde a vida democrática é uma coisa fundamental.

João Viegas (CDS-PP) – O documento que aqui temos é uma saudação de uma resolução do Parlamento Europeu. Tenho estado a acompanhar esta discussão, mas não percebo muito bem a forma como a bancada da CDU tem estado a reagir a esta saudação, se devemos ou não condenar, sejam eles de direita ou de esquerda, quaisquer regimes fascistas ou totalitários e essa é a questão. Independentemente de eu ser de direita ou de esquerda, condeno qualquer regime fascista ou totalitário, seja ele de que área seja e este é o pressuposto, se condenamos e não condenamos.

Um conselho que deixo ao PCP no sentido de se distanciarem daquilo que se passou na União Soviética com o regime de Estaline. No tempo atual estar próximo daquilo que aconteceu, parece-me de todo errado.

Independentemente desta resolução do Parlamento Europeu, não deixo de me preocupar com aquilo que temos assistido nos últimos tempos, não só na Europa, mas um pouco pelo mundo, que com base em resoluções como esta, criamos por vezes comissões que vão condicionar aquilo que são comportamentos, aquilo que são muitas das vezes gestos e este são atitudes e comportamentos que devem merecer a nossa reflexão e a nossa preocupação. Até que ponto é que muitas das vezes combatendo regimes totalitários/fascistas não estamos também a criar outros mecanismos a substituímos a estes e a condicionar cada vez mais a liberdade dos cidadãos, quer da Europa, quer do Mundo.

Não havendo mais intervenções, foi o voto de saudação reprovado por maioria e em minuta, com 23 votos contra, 20 da CDU, 2 do BE e 1 de AC, 12 votos a favor, 6 do PS, 4 do PPD/PSD, 1 do PAN e 1 do CDS-PP, e 3 abstenções do PS.

Suzel Costa (PAN) – Fez a seguinte declaração de voto: *“O PAN votou favoravelmente este voto de saudação. Os regimes totalitários devem ser apelidados pelos seus nomes, nomeadamente o comunista. Não é equiparar ao nazismo, mas se afirmar que na Europa, nós não vamos esquecer o impacto dos regimes totalitários, independentemente do seu contexto ideológico”*.

Celestina Neves (Presidente da Junta de Freguesia de Azeitão) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Penso que o incomparável não é comparável e há coisas que são condenáveis, mas que não são comparáveis. A União Europeia, com este tipo de trabalho, mais não está a dar do que força a grupos de extrema direita que tanto diz temer. A Europa nesta altura está a encher-se de grupos de extrema-direita e a União Europeia com este tipo de trabalho está a deitar achas para a fogueira”*.

Presidente de Mesa – Temos um voto de pesar apresentado pelo Bloco de Esquerda pelo falecimento de José Mário Branco (conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 23).

“Voto de Pesar

pelo falecimento de José Mário Branco

Morreu na passada terça-feira, 19 de novembro 2019, José Mário Branco, músico que ao longo de meio século de carreira deixou a sua marca na cultura portuguesa e em várias gerações de artistas. A sua vida foi marcada igualmente pela intervenção política, pelo combate às opressões e à desigualdade social.

Regressado a Portugal após a revolução do 25 de Abril, torna-se uma das figuras da cultura portuguesa nos primeiros tempos de liberdade. Para além das inúmeras intervenções musicais, estende a sua atividade ao teatro, integrando o grupo A Comuna, onde veio a



conhecer a sua companheira Manuela de Freitas, mas também ao cinema e à ação cultural, fundando com Fausto, Tino Flores e Afonso Dias o GAC - Grupo de Ação Cultural - Vozes na Luta logo após chegar a Portugal. O GAC dinamizou centenas de sessões de canto em aldeias, fábricas e quartéis por todo o país, participando inclusivamente no Festival da Canção de 1975 com o tema "Alerta".

No período pós-revolucionário compõe e edita duas das suas maiores obras musicais, "FMI" e "Ser Solidário", que ficariam para sempre como a marca da desilusão por parte de uma geração que entregou a sua juventude ao processo revolucionário e assistia então ao desfazer das esperanças de construir uma sociedade socialista em Portugal. O cantor conclui o período com a canção e autêntico manifesto: "Eu vim de longe, eu vou para longe" do disco "Ser Solidário".

Edita um álbum de canções ao vivo em 1997 e dois anos depois participa na fundação do Bloco de Esquerda, de que foi membro da Mesa Nacional, num tempo marcado pela mobilização pela independência de Timor, da qual viria a tomar o título do álbum seguinte, já em 2004, "Resistir é Vencer".

Cinco anos depois, regressa aos palcos ao lado de Fausto e Sérgio Godinho no projeto "Três Cantos", com vários dias de concertos no Campo Pequeno, depois editados e álbum e DVD.

Em 2018 deu a conhecer um conjunto de canções e composições gravadas com o álbum "Inéditos 1967-1999" e já este ano viu um grupo de artistas prestarem-lhe tributo com o álbum "Um disco para José Mário Branco", que reuniu nomes como Camané, Ana Deus, Mão Morta, Walkabouts, Peste & Sida, Ermo, Osso Vaidoso, Batida, JP Simões e João Grosso, entre outros.

Assim, a Assembleia Municipal de Setúbal, reunida em 22 de novembro de 2019, delibera:

1. *Manifestar a sua profunda consternação pela morte do cidadão exemplarmente empenhado que foi José Mário Branco e exprimir aos seus familiares, amigos e camaradas o seu sentido pesar, fazendo um minuto de silêncio em sua homenagem."*

Vitor Rosa (BE) – Uma pequena nota relativamente a este voto de pesar, que não o irei ler pelo tempo que me resta. Relativamente à morte de José Mário Branco, no contexto histórico daquele que não está aqui representado neste voto de o pesar: José Mário Branco, no início da sua atividade política, passou pelas fileiras do Partido Comunista e em força disso acaba por ser preso pelas forças da ditadura de Salazar, daí a sua opção pelo exílio em França.

Era importante fazer esta referência a este voto de pesar, por não ter sido contemplado neste contexto.

Não havendo mais intervenções, foi o voto de pesar aprovado por unanimidade e em minuta.

Fez-se um minuto de silêncio.

Presidente da Mesa – Temos uma recomendação apresentada pelo Bloco de Esquerda sobre o "Imposto Municipal sobre Imóveis do ano 2019". É uma recomendação que entrou de acordo com o que está estabelecido para estas propostas, para o período de antes da ordem do dia e foi assim que foi considerada (Conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 24).

Jerónimo Lopes (CDU) – Pedia à Mesa que reequacionasse e eventualmente visse com os proponentes, porque estamos a falar de matéria sobre a qual a assembleia delibera por proposta exclusiva da Assembleia Municipal e que está agendada num dos pontos. Fará

sentido que esta proposta no ponto em questão, integre a discussão e até seja discutida e votada em alternativa. No entanto, a Assembleia, relativamente a esta matéria, não tem iniciativa, apenas discute, aprova e pode alterar a proposta da Câmara, mas só pode discutir sobre proposta da autarquia.

Presidente da Mesa – O entendimento que a Mesa teve ao incluir esta proposta no período de antes da ordem do dia, é por que se trata de uma recomendação, não se trata de uma proposta de alteração ou qualquer outro tipo, que estaria de acordo com aquilo que o senhor deputado disse. Tratando-se de uma recomendação, no nosso entender, ela pode perfeitamente ser apresentada no período de antes da ordem do dia. A Assembleia é soberana e votará conforme entender.

Pedia aos senhores deputados do Bloco de Esquerda se têm alguma questão a colocar sobre esta interpretação.

Vitor Rosa (BE) – Aceito em pleno a proposta do deputado Jerónimo Lopes, de fazer esta inclusão no ponto em que vamos discutir a seguir e farei como uma intervenção relativamente à proposta em causa apresentada pela Câmara à Assembleia.

Presidente da Mesa – É retirada do período de antes da ordem do dia esta recomendação apresentada pelo Bloco de Esquerda.

III – PERÍODO DESTINADO A INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Presidente da Mesa – Recordo que se trata de um período de 30 minutos destinada à intervenção do público. Inscreveram-se duas municipais, a senhora Vanessa Sequeira e a senhora Vanda Caeira, dava a palavra à senhora Vanessa Sequeira (conforme documentos arquivados em pasta anexa à presente ata sob os registos n.ºs 25 e 26).

Vanessa Sequeira – O que me traz aqui hoje é o seguimento de uma questão que coloquei na reunião de câmara do dia 14/8/2019, em que interpelei o executivo sobre os problemas na Corporação de Bombeiros Sapadores de Setúbal. Nesse dia questionei sobre, “*Quando estava prevista a abertura de concurso para o comandante desta companhia, visto que o atual comandante está a desempenhar funções há nove anos sem que tenha havido concurso?*” Nesse dia foi-me respondido que eu não valia nada, mas não foi respondida a questão. Depois disso houve um abaixo-assinado, com cerca de 60 assinaturas, a pedir a demissão do dito comandante. Assim, pergunto hoje: Quando vai ser aberto o dito concurso para a vaga de comandante da Corporação de Bombeiros Sapadores de Setúbal, e qual a posição da Câmara Municipal de Setúbal e da Assembleia Municipal acerca deste abaixo-assinado?

Vanda Caeira – Faço voluntariado animal há 19 anos e venho falar de um assunto que foi abordado na última reunião de câmara, sobre a matilha da Comenda. Gostaria que a deputada do PAN estivesse aqui presente para me poder ouvir, visto que é um assunto pendente desde 2011, passou para 2013 e depois fui apanhá-lo em 2016. Com um pedido de ajuda, pensei que juntamente com mais duas ou três pessoas conseguíamos solução, mas não houve solução nessa altura. Até aos tempos de hoje, há umas semanas atrás, eles vieram até à cidade. Trata-se de uma matilha que cresceu, que precisa de ter solução, sendo que a solução passa principalmente em esterilizá-los. Houve um deputado que falou que o Município de Setúbal



tem vindo a fazer um belíssimo trabalho a nível das condições dos animais e da defesa animal, o canil municipal tem feito esterilizações de colónias de gatos, só que as matilhas de cães ainda prevalecem. Gostaria de pedir à deputada do PAN que desse uma força, para reformular a lei das esterilizações não só a gatos, mas também a cães, visto que se tornam pragas para a população no país em geral.

Há uma lei que não deixa que os animais sejam capturados, sejam esterilizados e depois sejam libertos. Está a ser visto em Sintra e com bons resultados, mas em breve vai ser efetuado os mesmos passos na Costa da Caparica e eu gostaria que, em Setúbal, esta matilha não fosse um problema, que já existe há imensos anos, porque ela não vai deixar de existir, porque não têm culpa de existirem e porque existe aqui no público alguns membros que querem ajudar a matilha. Gostaria de ver esta solução resolvida a bem deles. Neste momento, estou no limite e não tenho mais força, só me limito a alimentá-los desde 2016, juntamente com mais quatro pessoas carenciadas, que fazem o que podem para alimentar os animais.

Fazemos o que podemos Sílvia, alimentamos os animais há muitos anos, mesmo pondo ração ou comida com poucas condições, mas eles são alimentados e eles são animais belíssimos.

Em muitas praias de Setúbal existem colónias de gatos e também existem pequenas matilhas, este é um assunto que tem que ser resolvido não só para a população como a nível turístico, porque dá uma má aparência a quem nos visita.

Faço voluntariado na Associação Sobreviver, é uma associação que faz muito pela cidade, mas por vezes é esquecida. Como é que fica a situação da cedência do terreno que já foi prometido à Sobreviver, há mais de oito anos? As instalações da Sobreviver, neste momento, estão sobrelotadas, com mais de 150 animais que retirámos da rua. Gostava de saber como é que os podemos ajudar, porque depois ficamos na situação de não conseguirmos resgatar mais animais, que é precisamente o que se está a verificar no canil municipal.

Há muito para falar e penso que a parte animal não pode ser esquecida, porque faz parte da nossa sociedade.

No início da minha intervenção a deputada Suzel Costa não estava na sala, por isso reforço o meu pedido, gostaria que reforçasse junto da Assembleia a reformulação da lei de esterilizações para os cães, para que eles deixem de ser uma praga e possam ser libertados, visto que em canis, como já aconteceu há pouco tempo com uma cadela recentemente capturada da matilha, encontra-se atualmente com depressão. Isto não é justo acontecer com os animais livres, que não fazem mal a ninguém, que nunca me atacaram mesmo quando dou de comer durante o dia ou de noite e simplesmente decidem vir até à cidade.

Para quando é que poderia ser aberto ao público, um gabinete de atendimento veterinário a pessoas carenciadas e à população em geral?

Presidente da Mesa – Em nome da Assembleia agradecemos toda a informação que nos trouxe e que é sempre bem-vinda, porque cabe à Assembleia Municipal, através da iniciativa dos senhores deputados ou dos senhores vereadores, tomar devida nota destes assuntos que aqui são trazidos, pelas vias e pelos meios que os senhores deputados e os senhores vereadores têm de dar resposta, dentro das suas capacidades e competências, aos problemas que os municípios apresentam.

Vice-Presidente da Câmara – Para manter o exercício do diálogo democrático, se o município coloca questões ao executivo, o mesmo deve procurar responder.

A questão colocada pela munícipe Vanda Caeira, pediria à Sra. Vereadora Carla Guerreiro que já falou com municípios que intervieram na reunião anterior sobre esta matéria e



eventualmente agendaria uma reunião em conjunto e esclareceriam os pontos que foram colocados.

Se tiverem de acordo, seria uma boa solução.

Em relação à intervenção da munícipe Vanessa Sequeira já foi respondida uma vez, o Sr. Vereador Carlos Rabaçal que tem o pelouro da Proteção Civil responderá de novo.

Vereador Carlos Rabaçal – Não percebo a pergunta. Vamos abrir um concurso para um comandante, se temos um comandante? Não estou a perceber a conversa.

Entretanto há duas formas de aceder ao comando de uma Companhia Sapadores de Bombeiros, ou por convite a uma personalidade devidamente capacitada ou por concurso. Nós optamos por convidar, como todas as Cooperações de Bombeiros Sapadores do país inteiro que, também, optaram por convidar.

Temos comandante, por isso não percebo qual é a pergunta.

Em relação ao abaixo-assinado, o assunto foi tratado com os bombeiros. Não sei o que é que a senhora sabe de bombeiros, julgo que não sabe nada, mas foi tratado com eles e está resolvido.

Suzel Costa (PAN) – Agradecer a presença dos munícipes, é sempre com agrado que os recebemos nesta casa.

Dizer à munícipe Vanda Caeira que, em termos do que o PAN apresenta, apesar de existirem vários avanços em matéria de proteção animal tanto no concelho como a nível nacional, subsistem numa ambiguidade legislativa e falta de articulação de determinadas políticas promovidas a nível do Governo.

A legislação da proteção animal encontra-se ainda muito dispersa, o que facilita a existência de algumas omissões e a dificuldade de interpretações normativas.

Infelizmente, nem todos os animais gozam do mesmo nível de proteção, ainda hoje, contra os maus tratos, o abandono ou mesmo a esterilização.

Dizer, ainda, à munícipe Vanda Caeira que, em termos de associações, o PAN tem-se debatido desde a primeira hora, lembro que apresentámos aqui uma proposta em 2018 para o reforço de ajuda financeira às associações e que nos foi dito aqui que o município não precisava delas para nada, aliás, que elas tratavam pior os animais (está em ata) do que o próprio CROAC.

Era apenas um esclarecimento de que o PAN nunca abandonou as associações, pelo contrário.

Vitor Ferreira (PS) – Dizer à munícipe Vanda Caeira que esta bancada também tem vindo a atualizar-se, porque há questões novas que, nos últimos anos, têm sido trazidas, não só pelo PAN, mas pelos cidadãos em geral.

O que temos procurado, e é por isso que muitas vezes propomos, é que baixem às comissões para que as analisem com maior pormenor o que é recomendado e aquilo que é, também, o trabalho do município.

Temos procurado contribuir para a solução evitando, às vezes, pronunciamentos que não são bem fundamentados.

Dizer ao senhor vereador que estava à espera de ser esclarecido também, mas vou ter que deixar para outra ocasião, uma vez que agora não é o tempo de responder às bancadas, mas sim aos munícipes.

Dirigindo-me novamente à munícipe Vanda Caeira, procurei sossega-la um pouco, mas não tive grande sucesso, agora estou a insistir. Percebo que o executivo municipal tenha um pouco mais de peso que a Assembleia Municipal, mas como se dirigiu à Assembleia Municipal estão aqui a sugerir que lhe envie a ata depois e se calhar envio-lhe a ata.

IV – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Apreciação da informação escrita da Presidente da Câmara acerca do Relatório de Atividades Setembro-Outubro 2019

Este documento está registado sob o n.º 27, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Suzel Costa (PAN) – No PERSU de 2020 podemos ler e passo a citar “*Eliminar progressivamente a deposição de resíduos em aterro com vista à irradicação da deposição direta dos resíduos urbanos em aterros até 2030.*”

Na página 69 do Relatório de Atividades podemos ver que, de facto, a quantidade de resíduos recicláveis recolhidos pela AMARSUL, como embalagens, papel/cartão e vidro aumentou em setembro e outubro quando comparado com a recolha no período homólogo do ano anterior, mas não permite deduzir, o que poderá ser uma falha minha na interpretação destes quadros, se a deposição de resíduos em aterro diminuiu efetivamente. É que a média aritmética ou a simples aritmética deste problema não é uma mera subtração dado que estes indicadores podem seguir caminhos divergentes, sendo que a percentagem de resíduos sujeitos a valorização podem aumentar, não que os cidadãos reciclem mais, mas porque estão a consumir muito mais.

Fazer uma sugestão de melhoria, que nos relatórios do CROAC, de entradas e saídas dos animais, era que além dos dados de adotados, levantados, eutanasiados, fugiram ou morreram no canil, fossem inscritos também um outro indicador como o tempo médio de permanência do animal no CROAC.

João Viegas (CDS-PP) – A minha intervenção vai no sentido de que verifiquei neste relatório que já há aqui uma referência ao processo da Taxa Municipal de Proteção Civil.

Também já tenho repetido várias vezes esta sugestão, que ao contrário de outras matérias que estão neste relatório, que no meu entender até bastante completo, que em relação ao processo da Taxa Municipal de Proteção Civil ele é insuficiente, é muito vago, limita-se aqui a dizer que foram executadas diversas restituições/compensações ao contrário de muitas outras áreas em que há uma indicação do valor, de quantos processos, etc., etc.

Mais uma vez este relatório, nesta área específica, não tem a informação completa e acho que é de extrema importância.

Presidente da Câmara – Temos uma série de processos que estão em negociações, de qualquer modo estão praticamente resolvidos 6.474 processos, no valor de 3.284.514 euros, até ontem.

2. Deliberação n.º 384/19 – Proposta n.º 58/2019 – DAF – Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI) do ano de 2019

Afonso Luz (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deu parecer favorável por maioria, com 5 votos a favor, 4 da CDU e 1 de AC, e 4 votos contra, 2 do PS, 1 do PPD/PSD e 1 do BE (conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 28).



Marco Costa (PS) – O Partido Socialista tem vindo a defender de forma consecutiva, coerente, fundamentada e não meramente com fins eleitoralistas a redução progressiva da taxa de IMI aplicada aos prédios urbanos, com vista ao desagramento da carga fiscal de responsabilidade exclusivamente municipal aplicada aos setubalenses e azeitonenses.

No presente ano, nos termos do n.º 3, do artigo 5.º, da Lei 24/98, que respeita ao Estatuto de Oposição, o Partido Socialista apresentou atempadamente e em sede própria as sugestões e propostas de inclusão e alteração das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2020.

Entre as quais, mais uma vez, no âmbito da Economia e Finanças, se destaca a proposta de redução da taxa de IMI em 0,05%, do atual máximo previsto pela lei de 0,45% para uma taxa de 0,4%.

A rejeição destas propostas por parte do executivo municipal, e, nomeadamente, a opção meramente política de manter a taxa de IMI no máximo aplicável, consubstancia, no entendimento da bancada do PS, uma oportunidade perdida, num timing que seria vital para transmitir um sinal importantíssimo aos munícipes de Setúbal e Azeitão.

Em sentido inverso, a Câmara Municipal de Palmela, optou por dar continuidade a esta redução gradual também por nós defendida.

Redução gradual esta que aquele município tem prosseguido desde 2014, garantindo ao mesmo tempo o equilíbrio financeiro e a capacidade de investimento da autarquia.

Redução sustentável esta que, na sua continuidade, já permite fixar o valor da taxa de 2019 para 2020 em 0,36%.

Redução esta que permitiu, inclusivamente, a harmonização das posições das várias forças políticas representadas, o que se traduziu numa aprovação por unanimidade. Facto que congratulamos e até invejamos.

Além disso, este município vizinho deliberou continuar a adotar o IMI familiar, uma dedução para agregados familiares com filhos, consoante o número de dependentes, com o objetivo de aliviar estas famílias sujeitas a um maior esforço financeiro do valor dos impostos a pagar em 2020.

O Município de Setúbal é, assim, o único do distrito a aplicar a taxa máxima de IMI e um dos apenas 13 municípios do país a manter a taxa de IMI no valor máximo.

Num timing em que a recuperação dos rendimentos das famílias é um compromisso fulcral plasmado no programa de governo, com medidas icónicas como a melhoria dos rendimentos do trabalho, o aumento do salário mínimo nacional, um apelo ao entendimento entre os vários setores, à concertação social e como também, por exemplo, a introdução do passe social único. São medidas que apoiam as famílias e que incentivam o investimento e o crescimento económico e a Câmara Municipal de Setúbal opta mais uma vez por penalizar os seus munícipes com uma reiterada perda de poder de compra e com a consequente redução do investimento das famílias na economia local.

E este é o cerne da questão. Quanto é que cada família poderia ter beneficiado e continuar a beneficiar com a redução gradual desta taxa na melhoria da sua qualidade de vida? Quanto é que a economia local poderia ter beneficiado e beneficiaria com o reinvestimento por parte das famílias deste diferencial de valor cobrado?

Em função da rejeição por parte do executivo municipal das propostas apresentadas pelo Partido Socialista, em função da manutenção reiterada desta medida extremamente penalizadora para os munícipes de Setúbal e Azeitão, inclusivamente discriminatória em relação aos seus concidadãos dos concelhos limítrofes, o Partido Socialista votará contra esta proposta.



Vitor Rosa (BE) – Em reunião da Comissão de Finanças, em que a proposta da taxa de IMI de 2019 foi apreciada, o Sr. Vice-Presidente Manuel Pisco, face à questão levantada pelo deputado Manuel Fernandes do PS, sobre qual o eventual valor financeiro que corresponderia a uma descida de 0,05 na taxa de IMI, respondeu que o mesmo poderia corresponder a um valor na ordem dos 2 milhões de euros.

Considerando este valor e tendo em conta a proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano apresentadas, julgamos que o executivo tem condições para ir mais longe na sua gestão orçamental e acomodar este valor de forma a contribuir para uma menor carga fiscal sobre os setubalenses e azeitonenses que têm pago a taxa máxima de IMI nos últimos anos.

A exigência de uma política de recuperação de rendimentos para a população tem que ser coerente, sejamos oposição ou sejamos poder.

Ainda temos aqui essa capacidade de determinar valores que melhorem as condições de vida da população.

O Bloco de Esquerda tinha uma recomendação que retirámos há pouco, na qual tínhamos em conta a possibilidade de uma descida deste valor apresentado na proposta de 0,45 para 0,40, de forma que votaremos contra a proposta apresentada pelo executivo, considerando que se perdeu mais uma oportunidade de dar um sinal político claro e inequívoco aos setubalenses e azeitonenses da intenção de minorar a sua carga fiscal, baixando os atuais valores da taxa de IMI, em todo o concelho.

Paulo Calado (PPD/PSD) – Consideramos que o desagravamento fiscal dos munícipes de Setúbal, no fundo, é uma matéria de amplo consenso dos partidos com assento nesta assembleia que temos vindo a propor ao longo dos anos, como os agravamentos, nomeadamente na taxa do IMI, do máximo 0,45 para 0,40 da taxa, assim como ter em conta o IMI familiar atendendo ao número do agregado familiar, em Setúbal.

Isso não tem acontecido, até hoje não temos sido ouvidos, essa é uma razão pela qual há muito criticamos este executivo e julgo que é altura de dar um sinal à população, não só nesta taxa, como também na questão do IRS, que vamos daqui a pouco deliberar, e noutros impostos e taxas em Setúbal.

Compreendemos o período difícil que a Câmara Municipal de Setúbal passou, nomeadamente o longo e constante passivo que teve ao longo destes anos, mas julgo que está na altura de darmos um sinal também aos munícipes de Setúbal de que, como noutros concelhos deste distrito e pelo país fora, é também possível estar num concelho onde as taxas não estão todas no máximo. Essa é a razão pela qual iremos votar contra a proposta apresentada pela câmara.

Afonso Luz (CDU) – Há pouco e a propósito de uma outra matéria, disse que só devíamos comparar o que é comparável e, de facto, parece-me um bocado forçado estar a comparar o concelho de Setúbal com o concelho de Palmela, ainda para mais com o nível de investimento que aqui se regista e com as dificuldades financeiras de muitos anos, que todos nós conhecemos.

De qualquer modo, também não queria deixar de referir que quando hoje vi algumas das moções apresentadas até pensei que nestas matérias de IMI e de outras, que vamos votar a seguir, as posições de cada partido poderiam ser um pouco diferentes, porque uma das moções agora apresentada pelo PSD pedia a construção e apetrechamento dos estabelecimentos de educação pré-escolar e pedia mais assistentes operacionais.

A moção do PAN pedia que se construísse e acelerasse a criação de espaços para realojamento de matilhas, etc., mas depois quer-se à força cortar nas receitas próprias do município com reduções de IMI, derramas mais baixas e com menos IRS.



Há que fazer opções, porque o dinheiro não chega.

João Viegas (CDS-PP) – Falar depois da intervenção da bancada da CDU é sempre importante, registar aqui algumas das coisas que foram ditas.

Muito sinceramente, como é óbvio, valorizamos o investimento que tem sido feito no concelho de Setúbal, e vou repetir um pouco o que também disse quando discutíamos este ponto da ordem de trabalhos no orçamento do ano passado, que também é chegado o momento de devolvermos aos setubalenses o esforço que eles também têm feito ao longo destes anos.

É-nos dito que há uma melhoria da situação financeira da autarquia e os setubalenses em relação à população dos concelhos, principalmente, os vizinhos têm sido penalizados em relação a esta matéria. Julgo que seria um sinal se esta redução pudesse acontecer já neste orçamento para 2020.

Presidente da Câmara – Compreendo que a oposição tem que fazer o seu papel e à falta de melhor, comparando-se com aquilo que não é comparável, como dizia aqui o meu colega de bancada Afonso Luz.

O investimento que a Câmara Municipal de Setúbal fez, no último ano, orçou em 72%, fomos dos primeiros municípios, da Área Metropolitana de Lisboa, na concretização dos fundos QREN.

Fomos dos primeiros municípios a erradicar totalmente os telhados de amianto. O Governo fez legislação em relação a isso, mas parece que não cumpriu nem um, pelo menos no nosso município nem um edifício que ele legislou cumpriu a tirada do amianto. Fizemos refeitórios, requalificámos escolas e pagámos para a qualidade de vida das pessoas como o passe navegante, na ordem dos 2.067 mil euros.

Já compararam com os nossos vizinhos quanto é que eles pagam? Temos que começar por aí, quanto é que nós pagamos só desse passe e quanto é que pagam os nossos vizinhos.

O que é que nós fizemos em relação à qualidade de vida das famílias, não só daquelas que são famílias numerosas, mas todas as famílias? O que é que foi feito do trabalho espetacular das Juntas de Freguesia aqui presentes? Visitem-nas!

Como se isso não bastasse, tivemos a redução, de acordo com a legislação que foi votada no Parlamento, a descida de 0,5 e sabem quanto é que perdemos? Perdemos 1.321.133,72 euros.

Os senhores deputados podiam indicar, já agora, onde é que vamos buscar.

Perdemos até setembro, vamos ver como é que se porta o mês de dezembro, este dinheiro e pagámos 2 milhões só de navegante e fizemos tudo aquilo que acabei de referir. Seria bom que, em vez de fazermos comparações que não são comparáveis, indicássemos ao executivo municipal onde é que podíamos ir buscar o dinheiro para compensar mais descida do que aquela que já tivemos por força da lei.

Não havendo mais intervenções foi proposta aprovada por maioria e em minuta, com 20 votos a favor, 19 da CDU e 1 de AC, e 17 votos contra, 9 do PS, 4 do PPD/PSD, 2 do BE, 1 do PAN e 1 do CDS-PP (conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 29).



3. Deliberação n.º 385/19 – Proposta n.º 59/2019 – DAF/DICONT – Finanças Municipais – Lançamento de Derrama para 2020

Afonso Luz (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deu parecer favorável por maioria, com 5 votos a favor, 4 da CDU e 1 de AC, 3 abstenções, 2 do PS e 1 do BE, e 1 voto contra do PPD/PSD (conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 28).

Não havendo intervenções foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 20 votos a favor, 19 da CDU e 1 de AC, 5 votos contra, 4 do PPD/PSD e 1 do CDS-PP, e 12 abstenções, 9 do PS, 2 do BE e 1 do PAN, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 30).

Vitor Rosa (BE) – Fez a seguinte declaração de voto: *“O concelho de Setúbal assenta grande parte da sua atividade económica em micro e pequenas empresas, com níveis de emprego reduzido por empresa e inerentes de habilidades dependentes das oscilações do mercado e economia.*

A cobrança da derrama destina-se ao financiamento dos projetos constantes dos planos de atividades dos municípios.

A Lei das Finanças Locais, para além de prever uma taxa reduzida de derrama quanto a empresas com volume de negócios inferior a 150 mil euros, também permite a isenção da derrama como forma de tratamento fiscal diferenciado.

Assim sendo, e como forma de reconhecer a importância das micro e pequenas empresas no tecido socioeconómico local, impõe-se a plena utilização dos instrumentos ao dispor do município. Um deles é a isenção da derrama como incentivo fiscal às micro e pequenas empresas para a sua continuação no concelho como fontes geradoras de riqueza, emprego e coesão social.

A proposta agora apresentada, até nos contempla o valor máximo de 1.5, deixando de fora outras possibilidades de isenção a micro e pequenas empresas, pelo que o Bloco de Esquerda se absteve nesta proposta.”

4. Deliberação n.º 386/19 – Proposta n.º 60/2019 – DAF/DICONT – Participação variável no IRS

Afonso Luz (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deu parecer favorável por maioria, com 5 votos a favor, 4 da CDU e 1 de AC, e 4 votos contra, 2 do PS, 1 do PPD/PSD e 1 do BE (conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 28).

Marco Costa (PS) – Desta vez não vou comparar o que não é comparável, mas vou questionar o que será sempre questionável, e a questão que cada munícipe em idade contributiva e em condições contributivas que reside em Setúbal ou que queira vir residir para Setúbal coloca é, quanto é que a Câmara Municipal de Setúbal me permite descontar no valor que eu pago no IRS?

Neste contexto, a resposta não é movimento zero, é apenas zero, não pode descontar nada.

Também neste âmbito, o PS tem vindo, ao longo dos anos, defendendo uma redução progressiva deste valor. Tendo apresentado por escrito em sede própria, neste ano enquadrado

nos poderes e nos direitos que a legislação lhe confere, a proposta de redução deste valor para 0,45%.

Aqui, ressalvando que a Câmara Municipal tem realmente o dever de dosear a carga fiscal que só de si depende, aplicando taxas que sejam consentâneas com as suas necessidades financeiras, mas que ainda assim não consubstanciem numa reiterada perda de poder de compra das famílias setubalenses e azeitonenses, permitindo que estas voltem a injetar esse dinheiro na economia local.

Mais liquidez, mais capacidade de investimento das famílias permite um maior desenvolvimento e, também, a médio prazo um aumento das receitas que a Câmara Municipal de Setúbal poderá vir a ter.

Neste aspeto também não poderemos votar favoravelmente esta proposta e vamos votar contra.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 20 votos a favor, 19 da CDU e 1 de AC, e 17 votos contra, 9 do PS, 4 do PPD/PSD, 2 do BE, 1 do PAN e 1 do CDS-PP, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 31.

5. Deliberação n.º 387/19 – Proposta n.º 61/2019 – DAF/DICONT – Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano de 2020

Afonso Luz (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deu parecer favorável por maioria, com 6 votos a favor, 4 da CDU, 1 do BE e 1 de AC, e 3 abstenções, 2 do PS e 1 do PPD/PSD (conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 28).

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 22 votos a favor, 19 da CDU, 1 do PAN, 1 do CDS-PP e 1 de AC, e 15 abstenções, 9 do PS, 4 do PPD/PSD e 2 do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 32.

6. Deliberação n.º 367/19 – Proposta n.º 57/2019 – DAF/DICONT – Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2020

Afonso Luz (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deu parecer favorável por maioria, com 5 votos a favor, 4 da CDU e 1 de AC, e 3 votos contra, 2 do PS e 1 do PPD/PSD, e uma abstenção do BE (conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 28).

Jerónimo Lopes (CDU) – Peço a melhor atenção dos senhores deputados para a ata da comissão, naqueles pontos que antecedem o parecer relativamente a esta proposta, que são importantes e remetem sugestões que depois faremos chegar ao executivo.

Relativamente ao ponto em concreto, a Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade deu parecer favorável por maioria, com o uso do voto de qualidade do Presidente da Comissão, com 4 votos a favor da CDU, uma abstenção do PAN e 4 votos contra, 3 do PS e 1 do PPD/PSD (conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 33).

Anita Vilar (CDU) – A Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais deu parecer favorável por maioria, com 5 votos a favor da CDU e 4 votos contra, 2 do PS, 1 do PPD/PSD e 1 do CDS-PP (conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 34).

Mário Aranha (PS) – Ano após ano, para mal da população do nosso concelho, a gestão CDU mantém os erros que bloqueiam o presente e hipotecam o futuro dos munícipes setubalenses e azeitonenses.

Mais uma vez, não podemos aceitar o sistemático desrespeito por todos os habitantes do concelho, quando se apresentam orçamentos que todos sabem que não são para cumprir. São os próprios documentos oficiais que referem que a receita prevista cobrada rondará os 74,5 milhões de euros em 2019, mas orçamenta 101 milhões de euros em receitas correntes para 2020.

Como podem os cidadãos, os contribuintes setubalenses e azeitonenses e os próprios serviços da CMS acreditar no documento enquadrador da atividade da Câmara Municipal de Setúbal quando, só em despesas de funcionamento (despesas de pessoal, mais aquisições de bens e serviços), se prevê gastar, no ano de 2020, 96 milhões de euros, sabendo-se que a receita real total líquida em 2019 rondará os 91 milhões de euros? O investimento vai ser zero? Mais endividamento? Que produtos e serviços deixarão de ser adquiridos pela Câmara Municipal de Setúbal? Vai despedir pessoal? Ou espera-se algum milagre na subida de receitas?

Que coerência existe quando as forças políticas, que integram a CDU, defendem e congratulam-se publicamente por descidas de IRS e do IMI no Orçamento de Estado e, em Setúbal, continuam a penalizar a população com taxas máximas?

Que coerência existe quando o PCP e o PEV, na Assembleia da República, criticam o Governo por não otimizar o funcionamento administrativo do Estado e, em Setúbal, preveem gastar cerca de 1 milhão de euros, só em juros de mora, por causa do mau funcionamento dos serviços da CMS?

Toda esta incoerência traz “medalhas de lata” para o município. Segundo o Anuário Estatístico dos Municípios, em 2018, Setúbal foi o 13.º concelho do país com mais receitas de IMI, mas o 20.º que mais tempo demorou a pagar as suas dívidas.

Mais uma incoerência deste executivo: o programa da CDU para as últimas legislativas preconiza a defesa das PME's, em Setúbal, a mesma CDU sufoca as PME's do concelho com prazos de pagamento inadmissíveis.

Esta incoerência reflete-se também no investimento. Os mesmos partidos que diariamente reclamam por mais investimento público em Setúbal seguem uma prática contrária.

A baixa execução do investimento é crónica e, segundo o Orçamento para 2020, espera-se ainda pior. Isto porque o Orçamento de investimento não vai ter recursos, uma vez que apenas se preveem receitas de capital, mais ou menos garantidas, de 4,6 milhões de euros.

Noutra parcela prevê-se um ainda maior recurso ao endividamento (cerca de 5 milhões de euros) para financiar o investimento. Mesmo assim, cerca de 10 milhões de euros de recursos para investir é manifestamente muito pouco.

Esta política errada reflete-se, por exemplo, nos valores residuais, apenas 100 mil euros para investimentos em infraestruturas desportivas. Isto não é nada para o nosso concelho, continuam a obrigar os nossos clubes a sujeitarem-se à bizarra situação de jogarem fora do seu concelho ou regatearem entre si horários e espaços de treino.

Esta proposta de orçamento revela uma gritante falta de investimento em soluções, para vencer os grandes desafios da atualidade, como o da habitação social a custos controlados, o fomento da prática desportiva, o empreendedorismo ou o bem-estar animal. Não investe na

melhoria da máquina camarária, onde prevê consumir mais em despesas de funcionamento do que gera em receitas correntes.

Não temos uma visão sectária da política local, o que é bom para a CMS, é bom para Setúbal, e o que é bom para Setúbal é bom para o PS de Setúbal.

Face ao exposto, consideramos que este é um orçamento incongruente, mal estruturado para um concelho como o de Setúbal, um orçamento que não é para cumprir.

Por tudo o que atrás foi dito, o Grupo Municipal do Partido Socialista só poderá declarar o voto contra a proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2020.

Vitor Rosa (BE) – As Grandes Opções do Plano e o Orçamento para 2020, são, em primeira instância, o instrumento privilegiado de execução das decisões políticas e financeiras do executivo camarário, com reflexo direto em importantes aspetos da vida dos seus munícipes.

Defendemos a implementação do processo de Orçamento Participativo, como forma de contribuir para o aprofundamento da Democracia Participativa e de incentivo à intervenção dos munícipes na vida do poder local.

O modelo adotado pelo Executivo Municipal é, em nossa opinião, um modelo em que, mais uma vez, as estruturas que fazem parte da nossa comunidade e a população em geral ficaram à margem deste orçamento.

O BE sempre defendeu e defende, uma maior participação e responsabilização nas decisões sobre a utilização dos dinheiros públicos.

Consideramos que, na construção deste documento, deveria ter havido uma informação mais detalhada e atempada às diferentes forças políticas que constituem esta câmara, para que houvesse mais debate e reflexão sobre as propostas a discussão para o desenvolvimento do nosso concelho. Importa salientar que os partidos sem vereadores continuam apenas a ter conhecimento deste documento, com a antecedência de uma a duas semanas da sua discussão e votação.

Mais uma vez, o executivo volta a fazer a apresentação e votação conjunta dos impostos e taxas municipais nesta mesma assembleia, revelando não só falta de transparência do documento, como erros de procedimento democrático em que uma maioria assume como dado adquirido a aprovação de valores de receita em impostos e taxas municipais que deveriam ser discutidos e aprovados em assembleia anterior, para que de forma clara e transparente fossem incluídos os valores de receita corretos e não eventualmente inflacionados com reflexo no valor do orçamento.

A exemplo do documento de 2019, mais uma vez, encontra-se ausente em parte incerta o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) neste documento para 2020, falhas de informação reiteradas ano após ano, o mesmo sucede quanto à taxa de execução orçamental em áreas importantíssimas no campo social, como a educação, saúde e habitação.

Com exceção do valor apresentado este ano para a saúde, subida significativa comparativamente a 2019, colocam-nos sérias reservas sobre os valores agora propostos nas funções sociais e a sua efetiva execução.

Damos como exemplo destas reservas, a indicação como forte aposta do executivo nas funções sociais, indicando o peso de 62% no conjunto das demais funções sociais (página 4 do relatório do orçamento e GOP 2020), valor que esbarra no peso de 66% das funções sociais no orçamento de 2019 (na página 4 do relatório do orçamento e GOP 2019), revelando mais uma vez o decréscimo do peso das funções sociais no orçamento de 2020 por opção deste executivo.

Em relação a Habitação Pública Municipal, para além da continuidade dos projetos e programas já existentes, é referida a intenção de melhorar a capacidade da autarquia em

realizar obras de conservação dos edifícios e nas habitações municipais. Certo é que olhamos para os valores atribuídos em orçamento para a habitação e vemos números inferiores a 2019 de 2.104.000,00€ e 1.617.000,00€ em 2020, menos sensivelmente 400.000,00€, deixando novamente de fora projetos concretos para outras áreas do concelho, damos como exemplo o Vale da Rosa ou a inclusão de equipamentos em jardins municipais para crianças com mobilidade reduzida e deficiências incapacitantes, situações que continuam por resolver e não contempladas neste documento.

Pelas razões atrás expostas, consideramos que as Grandes Opções do Plano e Orçamento não são apenas números, são ideias e propostas que devem corresponder a um debate e a uma construção participada.

Reiteramos junto do executivo a necessidade de correção nas falhas de informação, fator que contribuirá para uma maior participação democrática da oposição em propostas que ajudaram os municípios em particular e o desenvolvimento do concelho no seu geral.

Há aposta na cultura, na saúde e devem ser os exemplos a seguir nas outras funções sociais, o executivo tem margem de manobra orçamental para o fazer, assim o queira e saiba fazê-lo.

Por estas razões o Bloco de Esquerda abstém-se na votação do Plano e Orçamento para 2020.

Pedro Vieitas (PPD/PSD) – Não irei fazer uma intervenção como os meus colegas que o fizeram anteriormente, mas irei colocar algumas questões que me levantaram algumas dúvidas quando olhei para o documento.

Há pouco, na intervenção da Sra. Presidente sobre a proposta de IMI, a Sra. Presidente falou em 2.066.000,00€, que é o custo que vai ter o PART. Gostava de saber, olhando para o documento do orçamento, porque o valor que lá consta não é esse para as transferências para a AML, por isso tenho aqui alguma dúvida.

Gostava também de saber e vejo com bastante preocupação, por exemplo, a Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, olhando para os documentos das Grandes Opções do Plano relativamente ao saneamento, sabendo que mais de 50% da área daquela freguesia está sem saneamento básico, não vejo investimento aqui e isso preocupa-me bastante. Estava ciente que depois da conclusão da terceira fase dos emissários que iríamos finalmente ter a ligação à casa das pessoas para que não hajam fossas e terem que as pagar do seu bolso.

Relativamente, ainda, às drenagens de águas residuais domésticas, vejo também com grande preocupação. Já há dois anos, quando foi a apresentação do Partido Social Democrata a estas eleições autárquicas, levantámos a questão do saneamento no Vale da Rosa e vemos com grande perplexidade que nas Grandes Opções do Plano são apresentados para 2022. Julgo que termina em 2021 este mandato, mas vejo para 2022, pode ser que haja aqui uma luz, mas a Sra. Presidente garantiu àquela população publicamente, nos jornais, como no Diário da Região e no Setubalense, que iria fazer essa obra naquele ano. Nem sequer no final do mandato, pelo menos não está previsto.

Afonso Luz (CDU) – Antes de passar propriamente à posição da CDU sobre estes documentos, só quero dizer que quando se apresentam rankings e posições de rankings de Setúbal, porque se falou aqui que num dos rankings estamos em 13.º, era talvez importante dizer quem são os municípios que estão pior que Setúbal e que forças políticas é que estão à frente da sua gestão. Era importante.

Sobre a intervenção do Bloco de Esquerda dizer que entende que há pouca participação dos cidadãos na construção destes documentos e até nos que os antecederam. Julgo que saberá que essa participação é precisamente uma das grandes marcas destes orçamentos que aqui nos são apresentados.



Sobre os documentos para 2020, antes de mais, queremos deixar uma palavra de apreço para a forma como os mesmos nos são apresentados, que permite entender, para além dos números, as grandes opções de gestão que irão determinar o exercício de 2020.

O Orçamento que é elaborado num quadro de continuação de condições restritivas que recaem sobre as Autarquias Locais, desde logo, no que se refere aos limites de endividamento e à previsão de fundos para assumir compromissos é também um orçamento que não pode estar desligado do contexto macroeconómico do país e é neste quadro que temos que fazer a nossa avaliação.

Verificámos, antes de mais, que o Orçamento tem como grandes objetivos continuar a gerir a autarquia e a promover os investimentos definidos no programa autárquico com que a CDU se apresentou ao eleitorado para o presente mandato, dar continuidade à estratégia de rigor e de estabilização das finanças municipais continuando a reduzir a dívida total, em especial a de curto prazo.

Apostar no desenvolvimento urbano, dando continuidade à reabilitação e requalificação de espaços públicos na melhoria da segurança e da mobilidade.

Destinar um valor significativo do orçamento para o aumento da qualidade de vida e participação cívica da população, dando continuidade às políticas de inclusão e de apoio aos mais necessitados que vem prosseguindo.

Continuar a oferecer aos setubalenses e a quem nos visita uma enorme diversidade de projetos culturais e desportivos, apoiando o associativismo e as organizações da juventude.

Sobre a continuidade dos importantes investimentos que têm vindo a ser executados no concelho, queremos aqui destacar as bacias de retenção e o Parque Urbano da Várzea, o Terminal Intermodal da Praça do Brasil, o arranjo do Largo de Jesus e a reabilitação do Convento, a valorização das infraestruturas turísticas e das nossas praias, as requalificações do Parque Escolar, do Forte de Albarquel e de várias artérias da cidade. Isto sem deixar de realizar investimento, também, em ações de educação, cultura, na área social, no desporto, no ambiente e na contínua melhoria dos serviços prestados à população sem perder de vista o necessário rigor no controle das despesas, tentando aproveitar ao máximo os apoios disponíveis no atual quadro comunitário.

Trata-se de documentos previsionais que revelam, mais uma vez, apesar das dificuldades financeiras, que continuará a existir investimento no concelho e a gestão da autarquia continuará a pautar-se pelo rigor e pelo cumprimento do programa eleitoral com que a CDU se apresentou ao eleitorado e que foi escrutinado em 1 de outubro de 2017.

O nosso voto será por isso favorável.

Suzel Costa (PAN) – O afastamento entre os eleitores e os eleitos tem crescido nos últimos anos. São inúmeras as razões pelo que elencamos somente duas, a ausência de uma ferramenta disponível para as cidadãs e cidadãos proporem ao executivo o que gostariam de ver executado no seu concelho, ou seja, a inexistência de um orçamento verdadeiramente participativo. A inexistência de transmissões on-line das sessões nesta casa da democracia, sejam das reuniões de câmara ou das sessões da assembleia, a bancada do PAN considera determinantes na era digital, para aproximar eleitos e eleitores. Todos temos noção de que as cidadãs e cidadãos dispõem de pouco tempo para participar na vida política do concelho, ainda mais quando as sessões decorrem num período coincidente com o horário laboral da esmagadora maioria dos munícipes, com o horário escolar dos nossos jovens no Ensino Superior ou com o período em que as saídas ainda estão reféns dos congestionamentos de trânsito ou passam o seu tempo em transportes públicos lentos, pouco frequentes e desarticulados. Pois a dificuldade em encontrar emprego no concelho fá-los procura-lo



noutros locais, mesmo que estes distem dezenas de quilómetros da sua habitação e que os façam perder horas de vida em deslocações pendulares diárias que agravam a sua pegada ecológica, desacelerando o caminho para a neutralidade carbónica e os impede de participar presencialmente nestas reuniões públicas, as quais teimam em não se adaptar às mudanças dos tempos e em não aproveitar as tecnologias ao seu dispor, como fazem tantos outros concelhos da nossa região.

O Orçamento da Câmara Municipal de Setúbal para 2020 e as Grandes Opções do Plano, para o próximo quadriénio, espelham as prioridades do executivo e a forma como este concelho será gerido, com um prazo médio de pagamento de 147 dias a fornecedores em 2018, mais de 50% acima do limite estipulado por lei, e com uma taxa de Derrama ainda no valor máximo, o que dificilmente este orçamento vai favorecer a criação de emprego no concelho.

Confluímos em alguns pontos, independentemente de termos visões e programas políticos distintos.

Reconhecemos que a dívida do município tem vindo a diminuir, mas o seu passivo exigível, isto é, a sua dívida ainda é das mais elevadas entre os 308 municípios como se vê no ranking do Anuário Financeiro. Em 2018 era o 12.º, por exemplo, e o município ocupava ainda o 2.º lugar nos anos económicos de 2017 e 2018 com o maior volume de créditos sobre terceiros, constituído essencialmente por dívidas a receber de curto prazo.

Definidos que estão os objetivos do desenvolvimento económico e social do município, congratulamo-nos com as intenções na área ambiental, com a aposta na construção de ciclovias, porém na área do ambiente não encontramos as dotações orçamentais relativas a um sistema de bicicletas partilhadas, conforme proposto pela representação municipal do PAN nesta assembleia e já plasmado no Plano de Mobilidade de Setúbal. Não nos foi possível confirmar as dotações referentes aos corredores verdes, à criação de corredores ecológicos urbanos e à dinamização de espaços vazios urbanos, duas medidas tão essenciais para o desenvolvimento dos modos suaves de mobilidade e para a descarbonização e promoção de hábitos de vida saudáveis com impactos positivos na vida das pessoas e da nossa casa mãe, o Planeta.

Nestes documentos previsionais destacamos ainda alguns valores na área do ambiente e em particular na higiene urbana e na gestão dos resíduos, 4.800.000 euros, mais 1.490.000 para a remoção dos resíduos sólidos urbanos e manutenção dos contentores, o que admitimos constituir uma forte aposta na reciclagem dos resíduos urbanos de Setúbal e Azeitão. Todavia, manifestamos algumas divergências referentes às opções tomadas.

Da nossa parte, defendemos uma visão mais abrangente e ampla desta problemática que inclua a redução dos resíduos sólidos urbanos e uma aposta musculada na promoção da economia circular, na recusa e na redução de bens de consumo. Havendo aquisição de bens novos, apenas quando estritamente necessários.

Nas compras sustentáveis e também nas compras mais ecológicas que dê preferência a produtos e produções ambientalmente mais sustentáveis, produtos que se possam reutilizar e reparar que sejam de origem local, alterando hábitos. A título de exemplo, referimos os 156.700,00€ na rubrica da Festa de Natal, Ano Novo e Reis, que é metade do valor inscrito na construção, beneficiação e requalificação dos espaços verdes do concelho.

Face às reais necessidades das pessoas, dos seus filhos, dos seus netos e dos bisnetos numa época em que as alterações climáticas reclamam os erros de um consumo desenfreado, artificial, poluente, supérfluo e perecível surpreendendo-nos as prioridades invertidas no que se refere à disponibilização de recursos financeiros alocados para as decorações natalícias, fogos-de-artifício e incentivos ao consumo. Acreditamos que ainda existem formas mais empáticas, positivas e sustentáveis de comemorar a época natalícia e os festejos do Ano Novo



com o investimento dos dinheiros públicos, o combate à pobreza é uma delas, em particular a pobreza energética em que muitos vivem.

Estamos profundamente convictos de que os setubalenses e azeitonenses que nos elegeram, os idosos, as pessoas de mobilidade reduzida ou condicionada, os que vivem em situação de sem-abrigo, as minorias que aqui vivem e residem, as vítimas de violência doméstica, os que sofrem de doença mental, se sentiriam defraudados se aprovássemos um orçamento onde 1.500.000,00€ são atribuídos à promoção de turismo.

As políticas públicas dos municípios devem, também, refletir o fundo humanitário que ambicionamos e que não pode ser alheio ao respeito pela vida animal, em particular aos animais que partilham connosco a vivência no nosso concelho.

No PAN construímos pontes, fazemos uma política positiva, construtiva, baseada no diálogo profícuo, por isso não podemos deixar de destacar o esforço feito no que se refere à política pública neste município na área do bem-estar e da proteção animal.

Não podendo deixar de reconhecer o empenho que tem sido levado a cabo, pelas razões atrás expostas, o PAN irá abster-se nestes documentos previsionais.

Quero só, em nota final, congratular o executivo pela escolha da fotografia dos roazes corvineiros para a capa do Orçamento Municipal, porventura será um sinal de mudança da posição da autarquia no que respeita às dragagens no Rio Sado ou uma homenagem de despedida.

João Viegas (CDS-PP) – Tentando ser mais breve, a minha posição em relação a este Orçamento e Grandes Opções do Plano vai ser de votar contra por motivos que até já identifiquei quando discutíamos a proposta da taxa de IMI.

No meu entender, existe margem no Orçamento da Câmara Municipal para aliviar os impostos que os setubalenses pagam, é tempo de ser dado essa possibilidade aos setubalenses, que é algo que não tem acontecido.

Há um esforço que tem sido feito e há pouco, na resposta que foi dada nesse ponto da Ordem de Trabalhos, foi dito que não podíamos comparar o incomparável, mas quando faço as comparações comparo também com outros municípios da área da Península de Setúbal, como Almada e Seixal. Estamos a falar de concelhos com dimensão e até com mais população que Setúbal e também não estou a comparar o que não é comparável.

Sei também o esforço que os municípios da Área Metropolitana de Lisboa estão a fazer com o passe Navegante, aliás essa tem sido também uma preocupação se os municípios vão continuar ou não a ter capacidade para pagar esses valores para esse passe social e também foi possível encontrar soluções dentro do Orçamento da Câmara Municipal para acolher esta despesa.

Quero aqui, também, fazer uma referência, que de ano para ano continua a manter-se aqui a renda da concessão dos Serviços Municipalizados, ou seja, aumenta todos os anos, já está num valor muito significativo e também era importante perceber quando essa situação fica resolvida, porque julgo que há aqui um encaixe significativo para o Orçamento da Autarquia.

José Belchior (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra) – Esta minha intervenção vai ser curta, mas gostava que estivesse presente na sala o Sr. Deputado Pedro Vieitas, porque a minha intervenção vai-se referir ao que o Sr. Deputado disse, que 50% da Junta de Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra não tem saneamento básico e isto é falso. É uma falsidade, é falso! Convido os Srs. Deputados a acompanharem-me numa visita à Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, para verem, in loco, que o que o Sr. Deputado disse é falso.

Já não é a primeira vez que o Sr. Deputado faz estas afirmações e diz estas falsidades. A população desta freguesia já está um pouco habituada a estes termos utilizados pelo Sr. Deputado Pedro Vieitas quando se refere ao saneamento básico na freguesia. Senhor Deputado, quando diz que é 50%, é falso e já não é a primeira vez que fala nesta percentagem. Já disse que convido os Srs. Deputados, incluindo o Sr. Deputado, para irem comigo visitarem a freguesia para verificarem que é falso o que vem para aqui dizer.

Pedro Vieitas (PPD/PSD) – Peço a palavra para fazer a defesa da honra, visto que fui aqui acusado de falsidades. Os 50% que falo da área territorial encontram-se em documentos da própria Junta de Freguesia que faz menção a isso. Não os tenho aqui, mas vou entrega-los na próxima Assembleia de Freguesia.

Não falo, nem venho e nem quero vir para aqui dizer nenhuma falsidade, porque é verdade. Quero é que o Sr. Presidente da Freguesia apoie a população da sua freguesia e ter-se verdadeiramente o caso resolvido, como ter saneamento básico. Era isso que eu gostava, não é agora tentar dizer que aquilo que eu disse é mentira, porque já na outra vez, quando falei sobre a viatura móvel, o senhor disse que era um penso rápido, mas também tinha lá posto nas Grandes Opções do Plano, por isso nós estamos a ouvir aqui aquilo que o senhor está a dizer. É lamentável ver isto, porque tenho muito apreço pelo Sr. Belchior, mas agora querer atacar aquilo que foi aqui dito, dizendo que é mentira...

José Belchior (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra) – Senhor deputado já disse que o convido e aos senhores deputados a visitarem a freguesia para verificarmos quem é que aqui é mais verdadeiro.

Presidente da Câmara – Antes de proferir algumas considerações em relação a questões que aqui foram colocadas ou a declarações proferidas, que foram autênticas declarações de voto que aqui foram lidas, dizer que, independentemente da opinião de cada um que eu respeito, temos a certeza de que as pessoas não passaram por aqui, não conheceram Setúbal, não conhecem Setúbal minimamente para fazerem afirmações como as que aqui fizeram, nomeadamente as que são de má fé, como as do Partido Socialista, o não pode deixar de ser. Não conheço o senhor, alguém lhe deve ter feito o texto e o colocou na sua mão para ler sobre o orçamento sem saber exatamente o que é que...

Gerou-se um grande burburinho.

Presidente da Câmara – Então? Peço desculpa. Olhe ele a aproveitar, isto é faltar ao respeito.

Presidente da Mesa – Senhores deputados, senhores deputados! Só um momento Sra. Presidente.

Agradeço que deixem a Sra. Presidente fazer a sua intervenção. Os senhores deputados terão a oportunidade de fazer as intervenções no seu tempo. Obrigado.
Senhora Presidente, faça favor.

Presidente da Câmara – Não conhece minimamente o que é que o Partido Socialista fez nesta terra, porque, se calhar, não viveu cá, não viu nada de nada. Não conhece os campos desportivos que existiam e os campos que hoje existem nesta terra, só para dar um pequeno exemplo.

Vou ter muito gosto em fazer-lhe chegar um documento relativamente aos juros que nós pagámos do Contrato de Reequilíbrio Financeiro. Vou mandar-lhe esse documento para perceber quanto é que nós pagámos quase em 20 anos, porque o Contrato de Reequilíbrio Financeiro está a acabar dentro de 2 ou 3 anos, salvo erro, e o senhor irá verificar exatamente os juros que nós pagámos do Contrato Reequilíbrio Financeiro que tivemos que fazer por conta das dívidas que cá ficaram.

Se o senhor acha que hoje um milhão é muito dinheiro, então vai ver quanto é que nós pagámos do Contrato de Reequilíbrio Financeiro que está praticamente liquidado.

Já agora dizer que a dívida de médio longo prazo em setembro não chegava aos 20 milhões, quando nós cá chegamos ela estava em 67 milhões, e em dezembro irá estar à volta dos 18 milhões de médio longo prazo. Os senhores deixaram-nos 67 milhões de médio longo prazo.

De curto prazo ficaram mais de 30 milhões, no final do mês de setembro temos faturas emitidas e não pagas de 17 milhões. Isto é que são questões concretas. Quer dizer que o dinheiro está aplicado nalgum sítio, portanto, vão ver as obras que foram feitas nas escolas, já foram aqui referidas as transferências de competências de forma efetiva e não fictícia que fazemos para as juntas de freguesia, que são muito bem aplicadas e vão ver o que eram as Juntas de Freguesia antigamente, o que era aquele território e o que é o território de todas as juntas de freguesia que existem no nosso concelho. Vão lá ver!

Só quando se vê esse trabalho é que se percebe que não foi feito um trabalho casuístico, que houve planeamento, que houve estratégia e que o dinheiro foi muito bem aplicado. De facto, quando hoje olhamos para o que é a dívida de curto prazo e a de médio/longo prazo, o nosso orçamento diminuiu cerca de 4.000 milhões entre o orçamento de 2019 e aquilo que vai ser o orçamento para 2020, o que é considerável. Isso é que nos interessa, os números estão aqui e o trabalho está na rua.

Relativamente à Sra. Deputada do PAN, que de momento não está, relativamente à taxa da derrama, às bicicletas e ao trabalho, digo que também não conhece nada deste município.

É exatamente a si que quero responder. Em relação ao emprego no concelho, quando disse que aqui não há emprego, por isso as pessoas têm que se deslocar para longe, apresente o número que quiser que nós empregamos todos. Não conhece o concelho.

Quanto à derrama, não é por isso que deixamos de ter todos os dias investidores a procurarem-nos, todos os dias há empresas a abrirem e temos, neste momento, 6 mil e tal empresas e algumas das maiores do mundo e da Europa, como sabe, e são essas empresas que nos vêm bater à porta a perguntar se nós temos algum contato para eles poderem empregar pessoas.

Relativamente aos programas que temos feito no que diz respeito ao ambiente e no que diz respeito à preocupação das alterações climáticas, também é ver o trabalho que está a ser feito.

Quando se conhece bem este trabalho sobra-nos pouco em contraponto àquilo que disse.

Em resposta ao senhor deputado Pedro Vieitas, no que respeita ao passe Navegante, este ano foi pago 1.680 mil, porque foi pago só a partir de abril e no próximo ano, não sei se está aí inscrito 1.680 mil, mas tem que haver acertos, porque são 2.067 mil e já verificámos isso aqui com os nossos serviços.

Não poderia dizer que íamos fazer este ano o saneamento no Vale da Rosa, porque não está lá ninguém, ainda por cima o Vale da Rosa nem sequer é da Câmara Municipal. Há aí qualquer confusão.

Mário Aranha (PS) – Não quero entrar aqui em diálogo, até por uma razão de respeito. Apesar de sermos de forças políticas diferentes, a Presidente da Câmara de Setúbal é minha Presidente de Câmara, porque nasci em Setúbal e os meus pais são de Setúbal.

Posso não conhecer em pormenor, como é óbvio, o concelho como, supostamente, deve conhecer a Sra. Presidente e também não gosto de falar do passado, mas se ainda recuarmos mais um bocadinho, não sei se a Sra. Presidente morava em Setúbal em 84, 83, por exemplo, em que a cidade ficava parada várias vezes ao dia, porque nem sequer havia passagens de nível, não havia a passagem de nível no Quebedo e não havia o viaduto nas Fontainhas.

Estamos aqui a discutir o futuro e julgo que estamos, outra vez, a falar no Contrato de Reequilíbrio Financeiro, estamos sempre a falar do passado e daqui a pouco estamos a dizer que a culpa disto é da Inquisição. Temos de olhar para a frente.

Só quero fazer uma pequena nota, a Sra. Presidente foi eleita, como todos os que estão aqui, os votos valem todos o mesmo e vir com alegações de má fé e que escreveram um texto e mo puseram à frente...

Informo a Sra. Presidente que quem escreveu o texto fui eu, obviamente com a ajuda de alguns camaradas, porque o Partido Socialista é um partido democrático onde todos nós temos a nossa cabeça e temos a nossa opinião, não recebemos encomendas, nem aqui nenhum dos nossos deputados é carteira de ninguém.

Mais uma vez, volto a perguntar que parte deste orçamento é que não vai ser cumprido? Porque nós sabemos que este orçamento não vai ser cumprido, até pelos números que aqui apresentam. Este orçamento é impossível de ser cumprido.

Volto a perguntar, porque é que seguem esta prática de apresentarem orçamentos a esta casa que sabem que não vão ser cumpridos?

Presidente da Câmara – Os vossos orçamentos eram todos cumpridos? Eram?

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 20 votos a favor, 19 da CDU e 1 de AC, 14 votos contra, 9 do PS, 4 do PPD/PSD e 1 do CDS-PP, e 3 abstenções, 2 do BE e 1 do PAN, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 35.

Vitor Ferreira (PS) – Vamos entregar a declaração de voto por escrito, porque no essencial traduz o excelente trabalho produzido pelo meu camarada (conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 36).

Paulo Calado (PPD/PSD) – Vamos, também, entregar uma declaração de voto por escrito (conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 37).

7. Deliberação n.º 350/19 – Proposta n.º 28/2019 – Ratificação do parecer da Câmara Municipal de Setúbal sobre o estudo de impacto ambiental do Aeroporto do Montijo e respetivas acessibilidades

Jerónimo Lopes (CDU) – A Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade deu parecer favorável por maioria, com o uso do voto de qualidade do Presidente da Comissão, com 4 votos a favor da CDU, uma abstenção do PAN e 4 votos contra, 3 do PS e 1 do PPD/PSD (conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 33).

Manuel Fernandes (PS) – Efetivamente gostaria de fazer uma pequena intervenção relativamente a este assunto, começando por dizer que esta discussão vem um bocadinho fora de tempo. Digo um bocadinho para não dizer completamente fora de tempo, tendo em conta a

quantidade de tempo que passou desde a decisão política tomada até esta altura em que vamos discutir este assunto. Efetivamente estamos a falar de um parecer da Câmara Municipal que já não vai ter, obviamente, impacto na decisão política ou na decisão estratégica para a região, muito embora concordando que todos os pareceres e todos os municípios se devem pronunciar em relação a esta matéria de tanto relevante que é.

O Plano Estratégico de Transportes de 2011 e 2015, do Governo de então, deu orientações para que fossem revistos os pressupostos que serviram de base à decisão de construção do novo aeroporto de Lisboa, dando prioridade à rentabilização da capacidade disponível do aeroporto da Portela, na altura, e à introdução de medidas que potenciem a sua capacidade de captação de tráfego e desenvolvimento de rotas de modo a movimentar mais passageiros e carga. A intenção seria fazer o alargamento, com um reaproveitamento com mais-valias em relação àquilo que é hoje conhecido o Aeroporto Humberto Delgado.

O novo Aeroporto de Lisboa no Campo de Tiro de Alcochete, conforme antes era apresentado no final do ano 2010, foi emitida uma declaração de impacte ambiental favorável, mas tal como a de hoje, também ela condicionada. No entanto, é de salientar que o Governo português define, como orientações, para que seja dada a prioridade da rentabilização da capacidade disponível do Aeroporto Humberto Delgado, a introdução de medidas que potenciem a sua capacidade de captação de tráfego, desenvolvimento de rotas, de modo a movimentar mais passageiros e mais carga, incrementando a vida útil da infraestrutura que lá existe, tendo por base então o relatório do Ministério das Infraestruturas e Habitação, o mesmo que fora utilizado pela Câmara Municipal para emitir o presente parecer e à apreciação técnica que, na opinião da câmara, chumba o projeto. O mesmo relatório refere-se a um crescimento acentuado do tráfego aéreo que antecipou em mais de 10 anos as estimativas iniciais da evolução de procura e acelerou o processo de saturação de Humberto Delgado, mas esse relatório também refere que tal pressuposto sugere a expansão da capacidade do Aeroporto de Lisboa como muito urgente e do absoluto interesse público e invoca para isso sete razões para a opção do Montijo, que passaria muito rapidamente a tentar elencar.

Primeira, tendo em conta a urgência, o mero atraso de um ano na entrada do serviço do aeroporto, para além de Humberto Delgado, tem um impacto estimado na ordem dos 600 milhões de perda de receitas, só no setor do turismo.

Segunda, a construção do novo Aeroporto de Lisboa, em Alcochete, como é proposto pela câmara ou era suposto ser apresentado pela câmara como alternativa ao Montijo, representaria um investimento global na ordem dos 4,4 biliões, só nas infraestruturas aeroportuárias, como estimado pelo ministério, não sendo possível suportá-lo em termos de financiamento público, era completamente impossível.

Terceira, o investimento estimado para o novo aeroporto não é elegível para fundos comunitários, como sabe, à luz das tais regras, as quais se perspetivam que venham a ser replicadas no próximo quadro de financiamento. A sua concretização sem encargos para o Estado implicaria um elevado aumento das taxas aeroportuárias prejudicando fortemente a sua competitividade e a região.

Quarta, para além disso, o anterior estudo comparativo e a conseqüente decisão no aeroporto de Alcochete, tiveram como pressupostos que se concretizaria um conjunto de acessibilidades que atualmente não se encontra a ser equacionada, nomeadamente, a rede ferroviária de alta velocidade, a terceira travessia do Tejo e a ligação ferroviária ao novo aeroporto com instalação de serviços. Essas acessibilidades representam, segundo o Ministério das Infraestruturas e Habitação, um investimento adicional aos 4,4 biliões, de 2,7 biliões, não existindo hoje condições para tal criação.

Este é o principal motivo pelo qual a solução do novo aeroporto não será atualmente uma solução viável, aliada à consequente perda da procura devido ao longo tempo necessário até à implementação desta opção.

Quinta, mesmo nessa configuração minimalista de aeroporto complementar de Alcochete, este terá sempre um longo período de implementação, já que tem no processo contratual a deslocalização do Campo de Tiro da Força Aérea e a construção da primeira pista com caminho crítico, não permitindo evitar, atempadamente, o esgotamento do aeroporto de Lisboa e a perda significativa da sua procura.

Sexta, como esta solução complementar teria associado a ampliação do Aeroporto Humberto Delgado, que se assume em moldes idênticos aos que ocorrerão na solução do Aeroporto de Lisboa mais o do Montijo, a perda de procura seria mais contida. Ainda assim, segundo o Ministério das Infraestruturas, não evitaria a perda acumulada de 58 milhões de passageiros, de 11 milhões de turistas estrangeiros, de 4,1 biliões de receitas locais de turismo, não considerando despesas de transporte, e de 11,7 biliões de exportações no setor das viagens e turismo. Todas estas informações constam no estudo de impacte ambiental e do estudo estratégico do aeroporto.

Sétima, estes efeitos combinados, aumento de taxas e piores acessibilidades a Lisboa conduzem à perda da atratividade para as companhias aéreas, em particular para as companhias *low-cost*. Esta solução sempre foi encarada como uma primeira fase da solução do novo aeroporto, o consequente encerramento. Esta a opção de Alcochete, seria uma opção na consequência do encerramento de Humberto Delgado.

Por esse motivo, esta solução face ao contexto atual, não permite os custos integrais da construção do novo aeroporto na versão completa e do conjunto das acessibilidades que lhe está associada, muito embora o parecer da Câmara Municipal aponte falhas ao estudo de impacte ambiental, este porém, passou no teste de avaliação de impacte ambiental obtendo nota positiva através da declaração da aprovação do projeto pela agência APA e após um período de discussão pública que contou com mais de 1.100 contributos de personalidades, entidades e organizações, batendo mesmo o recorde de participação em projetos de discussão pública.

Por estes motivos, a bancada do Partido Socialista não acompanhará o parecer emitido pela Câmara Municipal de Setúbal.

Presidente da Mesa – Quero referir que o parecer da Câmara Municipal foi emitido a 18 de setembro, portanto, dentro do prazo normal dos pareceres relativamente à discussão do estudo de impacte ambiental, e foi a retificação à Câmara Municipal em 25 de setembro e só hoje vem à Assembleia Municipal.

Suzel Costa (PAN) – O PAN acompanha a posição desta proposta, no que diz respeito à parte das conclusões, mas, no entanto, na parte dos considerandos e no que respeita à visão estratégica em relação ao novo local ou a um local alternativo para o aeroporto, como já elencamos aqui em sessão anterior, o PAN não considera esta visão e nem aceita que seja no Campo de Tiro de Alcochete.

Afonso Luz (CDU) – Só para dizer que as questões que se colocam relativamente ao Aeroporto no Montijo são essencialmente ambientais e tem a ver com pessoas, com a fauna. O que o Partido Socialista nos trouxe aqui foi uma série de razões económicas, viabilidades, rentabilidades, etc., etc.

Mais uma vez temos um Governo que põe a economia acima do ambiente e está tudo dito.

Vitor Rosa (BE) – O Bloco de Esquerda irá abster-se nesta retificação em coerência com a posição anteriormente assumida sobre esta matéria.

Não estando em causa os fundamentos apresentados no parecer de recusa à solução apresentada pelo Governo da construção do Aeroporto no Montijo, não estamos, contudo, de acordo com as conclusões apresentadas pelo executivo como sendo o Campo de Tiro de Alcochete a melhor alternativa.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 19 votos a favor da CDU, 14 votos contra, 9 do PS, 4 do PPD/PSD e 1 do CDS-PP, e 4 abstenções, 2 do BE, 1 do PAN e 1 de AC, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 38.

8. Deliberação n.º 354/19 – Proposta n.º 13/2019 – DRH/DIGAT – Abertura de procedimento concursal para cargo de dirigente intermédio de 3.º grau do Sector de Fiscalização (SFIS) e composição do respetivo júri de recrutamento

Afonso Luz (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deu parecer favorável por unanimidade (conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 28).

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 39.

9. Deliberação n.º 377/19 – Proposta n.º 02/2019 – GVCR – Revisão do Plano Intermunicipal de defesa da Floresta contra Incêndios (PIDFCI) de Palmela, Setúbal e Sesimbra – Relatório de Consulta Pública

Jerónimo Lopes (CDU) – A Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade deu parecer favorável por unanimidade (conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 33).

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 40.

10. Deliberação n.º 383/19 – proposta n.º 33/2019 – 2.ª Alteração ao Regulamento da Organização dos Serviços Municipais. Definição do número máximo de Cargos de direção Intermédia de 3.º grau

Afonso Luz (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deu parecer favorável por maioria, com 7 votos a favor, 4 da CDU, 2 do PS e 1 de AC, e 2 abstenções, 1 do PPD/PSD e 1 do BE (conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 28).

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 30 votos a favor, 19 da CDU, 9 do PS, 1 do CDS-PP e 1 de AC, e 7 abstenções, 4 do PPD/PSD, 2 do BE e 1 do PAN, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 41.

11. Deliberação n.º 389/19 – Proposta n.º 63/2019 – DAF/DICONT/SERGE – Compromissos plurianuais referentes à celebração do contrato de compra e venda para fins não habitacionais entre o Município de Setúbal e o Estado

Afonso Luz (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deu parecer favorável por maioria, com 8 votos a favor, 4 da CDU, 2 do PS e 1 do PPD/PSD e 1 de AC, e 1 voto contra do BE (conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 28).

António Costa Ferreira (PPD/PSD) – Só quero saber se há algum relatório de avaliação? Porque em anexo não aparece. Como é que foram determinados estes 477.000 euros?

Suzel Costa (PAN) – Dizer que o PAN não vai acompanhar esta deliberação, dado que o executivo continua a adquirir património e por outro lado, como já referi hoje aqui, continua a não pagar atempadamente aos fornecedores. Além disso, relativamente a intenção para um posto de turismo, nós já temos alguns postos de turismo na cidade, nomeadamente na Casa da Baía.

Presidente da Câmara – Relativamente a esta proposta, não fomos nós que fizemos a avaliação, foi o Estado que vendeu e ele é que impôs o valor. Negociamos com a Defesa Nacional a compra do edifício por 15 anos e por 477 mil.

Paulo Calado (PS) – Só estávamos aqui a “discutir” a questão dos 15 anos, ou seja, vai ser pago em 15 anos, mas a forma como a Sra. Presidente disse parecia que só iam ser donos do imóvel por 15 anos e como o senhor deputado estava confuso, eu estava a tentar explicar.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 29 votos a favor, 19 da CDU, 9 do PS e 1 de AC, 3 votos contra, 2 do BE e 1 do PAN, e 5 abstenções, 4 do PPD/PSD e 1 do CDS-PP, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 42.

Vitor Rosa (BE) – Fez a seguinte declaração de voto: *“No dia em que se anuncia que as forças armadas vão passar a pagar renda sobre os edifícios públicos que ocupa, o executivo traz a esta assembleia, uma proposta de aquisição do edifício do Clube Militar dos Oficiais de Setúbal.*

Mais que a pura coincidência, importa sim olhar para os constantes problemas de habitação social existentes no concelho, ao crescente número de famílias vulneráveis devidos à pressão imobiliária, à falta de estratégia local de habitação do município e a proposta aqui apresentada de aquisição de um edifício pelo valor global de 477.000,00€, cujo destino é a de ser um posto de turismo.

Entre a necessidade de recuperação de prédios devolutos para habitação social de arrendamento a custos controlados, o executivo opta pela despesa de 477.000,00€ para aquisição de um edifício para fins não habitacionais.

Entre a necessidade de combate à pressão e especulação imobiliária e a definição de uma estratégia local de habitação que defenda e apoie famílias vulneráveis, o executivo opta pela estratégia de aquisição de mais um edifício de serviços.

Porque as pessoas estão primeiro, O Bloco de Esquerda votou contra esta proposta.”

12. Deliberação n.º 392/19 – Proposta n.º 66/2019 – DAF – Empréstimo de médio/longo prazo | Linha BEI - Ratificação

Afonso Luz (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deu parecer favorável por maioria, com 7 votos a favor, 4 da CDU, 2 do PS e 1 de AC, e 2 abstenções, 1 do PPD/PSD e 1 do BE (conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 28).

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada com 30 votos a favor, 19 da CDU, 9 do PS, 1 do CDS-PP e 1 de AC, e 7 abstenções, 4 do PPD/PSD, 2 do BE e 1 do PAN, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 43.

13. Deliberação n.º 396/19 – Proposta n.º 122/2019 – DCDJ/DIJUV – Regulamento de Campos de Férias do Município de Setúbal

Anita Vilar (CDU) – A Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais deu parecer favorável por maioria, com 8 votos a favor, 5 da CDU, 2 do PS e 1 do CDS-PP, e 1 voto contra do PPD/PSD, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 34).

Carla Vilhena (PPD/PSD) – Na ata da comissão deveria constar que o PSD fez declaração de voto tanto numa outra posição como nesta posição.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 44.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa pôs à votação a aprovação da ata em minuta, a qual foi aprovada por unanimidade.

O Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão quando eram vinte e três horas e trinta minutos do dia vinte e dois de novembro, de dois mil e dezanove.

Esta ata foi aprovada por unanimidade, na sessão de vinte e oito de fevereiro, de dois mil e vinte, contém cinquenta e três folhas, todas numeradas e rubricadas pelo Primeiro Secretário da Mesa.

O Presidente da Mesa



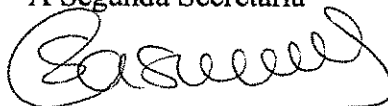
André Valente Martins

O Primeiro Secretário da Mesa



Eusébio Manuel Candeias

A Segunda Secretária



Sónia Margarida Grenho dos Santos Casmarrinha

Elaborada e processada por: Helena Rosa e Vitor Marcos
Conferida por: Ana Paula Lico
Revista por: Eusébio Manuel Candeias, Primeiro Secretário da Mesa